

POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO
PROFISSIONALIZANTE: A TRAJETÓRIA NO MUNICÍPIO DE
PRESIDENTE PRUDENTE - SP

IVAN MÁRCIO GITAHY JUNIOR

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO
PROFISSIONALIZANTE: A TRAJETÓRIA NO MUNICÍPIO DE
PRESIDENTE PRUDENTE - SP**

IVAN MÁRCIO GITAHY JUNIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação - Área de Concentração: Instituição educacional e formação do educador

Orientador(a):
Prof^a Dr^a Lúcia Maria G. Corrêa Ferri

Presidente Prudente/SP
2008

370 Gitahy Junior, Ivan Márcio
G536p Políticas públicas e a educação profissionalizante: a
 trajetória no município de Presidente Prudente – SP/ Ivan
 Márcio Gitahy Junior Presidente Prudente, 2008.
 102 f.: il.

 Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade
 do Oeste Paulista – UNOESTE: Presidente Prudente – SP,
 2008.

 Bibliografia.

 1. Políticas Publicas. 2. Ensino profissional. 3. Educação -
 História. I. Título.

IVAN MÁRCIO GITAHY JUNIOR

**POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: A
TRAJETÓRIA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP**

Dissertação apresentada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos obtenção do título de Mestre em Educação.

Presidente Prudente, 03 de dezembro 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Lucia Maria Gomes Corrêa Ferri
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste
Presidente Prudente

Prof. Dr. Francisco Hashimoto -
Universidade Estadual Paulista - Unesp
Campus de Assis

Prof^a. Dr^a. Ivone Tambelli Schmidt
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste
Presidente Prudente

Dedico este trabalho, a meus filhos Ivan Neto e Isaac, pois em sua infância participam afetivamente de meus ideais, e em especial, a minha querida esposa, Raquel, que compartilha das aspirações de um marido professor.

“É o sonho que mostra o caminho”

Goffredo da Silva Telles Junior

AGRADECIMENTOS

**Ao criador de tudo
A meus pais
A minha família
A minha orientadora**

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

"Se eu não fosse imperador, desejaria ser professor. Não conheço missão maior e mais nobre que a de dirigir as inteligências juvenis e preparar os homens do futuro." — D. Pedro II (1825-1891)

Aos mestres:

Um ofício árduo, porém, nobre. Assim pode ser definida a majestosa profissão dos mestres.

Vocês, professores, que dirigiram meus estudos preparando-me para o futuro; que foram verdadeiramente o que D. Pedro II sonhara ser; certamente não poderia imaginar que séculos depois, nobres pessoas continuariam a honrar com veemência seus propósitos de ensinar. Meu muito obrigado a todos!

RESUMO

Políticas públicas e a educação profissionalizante: a trajetória no município de Presidente Prudente - SP

A presente dissertação tem como tema o ensino profissionalizante em Presidente Prudente, considerando sua contribuição para a formação de empresários empreendedores, ex-alunos da escola/ginásio industrial estadual e a atuação das políticas públicas como parte de políticas sociais no desenvolvimento dos cidadãos e do município entre as décadas de 50 a 70 do século passado. A pesquisa consiste na recuperação histórica das concepções e práticas pedagógicas que marcaram o desenvolvimento da educação profissional e o estabelecimento da ligação entre o ensino profissionalizante estadual e o desenvolvimento industrial e prestação de serviços à cidade. Justifica-se tal investigação não só por ser um tema de relevância para reflexões teórico-críticas entre a sociedade, trabalho, educação e ensino, mas também pela ausência da exploração do tema em nossa região. Sendo assim, tem-se por objetivos: o resgate da memória do ensino industrial estadual nas décadas de 50 a 70 em Presidente Prudente e sua importância para a sociedade como formação de atores sociais, a partir dos princípios do empreendedorismo e do cooperativismo; a análise das ações governamentais em relação às políticas públicas para o ensino profissionalizante, bem como a transformação da sociedade sob aspectos, da realidade educacional, pedagógica e profissional em nosso município. A metodologia consistiu na primeira etapa em levantamento bibliográfico para reflexão teórico-crítica e para a construção desse referencial em educação, especialmente o profissional. Em seguida utilizamos entrevistas abertas do tipo semi-estruturadas com gestores, docentes e alunos da época assinalada e buscamos analisar documentos, de arquivo permanente das instituições de ensino, acervos públicos e particulares, além do museu e biblioteca municipal. E, finalmente em uma terceira etapa buscamos analisar e discutir o impacto social e econômico que o ensino industrial estadual causou na região de Presidente Prudente e na formação de atores sociais, através das seguintes categorias analíticas: o aspecto gestão, currículo, docência e alunado. Os dados qualitativos foram analisados a partir das categorias acima citadas, a luz do suporte teórico pedagógico. Foram utilizadas fontes escritas, orais e iconográficas, onde a pesquisa qualitativa foi realizada por um viés histórico alicerçada também na obtenção de dados que não só possibilitaram o resgate da memória histórica da época, mas também conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas e registradas formalmente. Ao final, já na conclusão, pudemos observar que o ensino profissionalizante passou a ser de interesse dos governantes com o início da industrialização, havendo a necessidade de uma orientação voltada ao trabalho e a conscientização do papel de cidadão, papel esse, que o Ginásio Industrial de Presidente Prudente não se esqueceu, sendo o depositário do embrião de uma sociedade mais consciente, justa, comprometida com o empreendedorismo e o cooperativismo.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação. Ensino profissionalizante; Presidente Prudente.

ABSTRACT

Education, Professional and Public Policy: the trajectory in the city of Presidente Prudente

This dissertation is addressing the vocational education in Saginaw, considering their contribution to the formation of business entrepreneurs, former students of the school / gym industrial state and performance of public policies as part of social policies in the development of citizens and the municipality between the decades from 50 to 70 of the last century. The research is the recovery of historical concepts and teaching practices that marked the development of vocational education and the establishment of the link between the state vocational education and industrial development and provision of services to the city. It is such research not only because it is an issue of importance to theoretical and critical thinking among the society, work, education and training, but also by the lack of exploration of the theme in our region. Thus, it has the following aims: to rescue the memory of teaching industrial state in the decades from 50 to 70 in Saginaw and its importance to society as formation of social actors from the principles of entrepreneurship and cooperation, the analysis of government actions in relation to public policies for vocational education and the transformation of society on aspects of the educational reality, educational and professional in our city. The methodology was the first step in bibliographic for theoretical and critical reflection and for the construction of this benchmark in education, especially the occupation. Then use open-type interviews semi-structured interviews with administrators, teachers and students of the season and marked seek analyze documents, permanent archive of educational institutions, public and private collections, in addition to the municipal library and museum. And finally in a third step we seek to analyze and discuss the social and economic impacts that caused the state industrial education in the region of Presidente Prudente and the formation of social actors, through the following analysis: the appearance management, curriculum, faculty and students. The qualitative data were analyzed from the categories mentioned above, the light from the theoretical support teaching. We used written sources, oral and iconographic, where the qualitative research was conducted by a historical bias based also in obtaining data that not only allowed the recovery of historical memory of the time, but also know and understand situations insufficiently studied and formally registered. At the end, already in short, we could see that vocational education has become the interest of rulers with the beginning of industrialization and there is a need for a focused approach to work and awareness of the role of citizen, this paper, the Gymnasium of Industrial Presidente Prudente has not forgotten, as the depositary of the embryo of a more socially conscious, just, committed to the entrepreneurship and cooperative.

Key words: Public policy. Education. Vocational education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – A família de Cel. Francisco de Paula Goulart.....	18
FIGURA 2 – O último a direita: Cel. José Soares Marcondes	18
FIGURA 3 – Presidente Prudente na década de 30	21
FIGURA 4 – Presidente Prudente na década de 70	22
FIGURA 5 – A fábrica de bebidas Funada na década de 50 e seus fundadores: Kimi e Mampei Funada	24
FIGURA 6 – Aprendizagem Industrial: oficina mecânica	39
FIGURA 7 – Curso de Aprendizagem Industrial, área têxtil.....	40
FIGURA 8 – Articulação entre os níveis de Ensino segundo as “Leis Orgânicas.....	42
FIGURA 9 – Articulação entre os níveis de Ensino de acordo com a Lei nº 1076.....	44
FIGURA 10 – Articulação entre os níveis de Ensino segundo a Lei nº 1821.....	45
FIGURA 11 – Articulação entre os níveis de Ensino segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961.....	46
FIGURA 12 - Carga horária de curso técnico em economia doméstica....	64
FIGURA 13 – Certificado de conclusão do Ginásio Industrial.....	65
FIGURA 14 – Desfile de 7 de setembro de 1958 da Escola Artesanal de Presidente Prudente: representação masculina.....	67
FIGURA 15 – Desfile de 7 de setembro de 1958 da Escola Artesanal de Presidente Prudente: representação feminina.....	68
FIGURA 16 – Formatura dos alunos da Escola Artesanal de Presidente Prudente, em 18 de dezembro de 1957.....	69

FIGURA 17 – Banquete de encerramento de curso do Ensino Industrial, em dezembro de 1957.....	70
FIGURA 18 – Desfile de 14 de setembro de 1971 do Ginásio Industrial Estadual de Presidente Prudente.....	70
FIGURA 19 – Desfile de 7 de setembro de 1975 do Ginásio Industrial Estadual de Presidente Prudente.....	71
FIGURA 20 – Feira de Ciências realizada pelo Ginásio Industrial Estadual de Presidente Prudente em 1974.....	72
FIGURA 21 – Aula prática do curso de torneiro mecânico na Escola Industrial de Presidente Prudente em 1959.....	72
FIGURA 22 – Aula prática do ensino de torneiro mecânico do Ginásio Industrial Estadual de Presidente Prudente em 1971.....	73
FIGURA 23 – Sala de aula prática do curso de torneiro mecânico do Ginásio Industrial Estadual de Presidente Prudente em 1975.....	73
FIGURA 24 – O Sr. Domingos Leonardo Cerávolo em visita a Escola Industrial de Presidente Prudente em 1960.....	74
FIGURA 25 – Diretor trabalhando em sua sala na Escola Industrial de Presidente Prudente em 1963.....	74
FIGURA 26- Entrega das chaves de uma ambulância para o diretor da Escola Industrial em 1965.....	75
FIGURA 27 – Ambulância em uso em 1966.....	76
FIGURA 28 – Fachada do Ginásio Industrial de Presidente Prudente em 1971.....	77
FIGURA 29 – Arquitetura do Ginásio Industrial de Presidente Prudente em 1978.....	77

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - População urbana da Alta Sorocabana	20
TABELA 2 - Crescimento populacional urbano.....	20
TABELA 3 - Número de cursos básicos industriais e efetivo discente.....	43

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - A CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE	16
CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	25
CAPITULO 3 - ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	35
CAPITULO 4 - A PESQUISA DE CAMPO	49
4.1 A descrição dos resultados da pesquisa de campo segundo as categorias de análise propostas.....	49
4.2 A descrição dos resultados da pesquisa de campo segundo a iconografia.....	66
CAPÍTULO 5 - O ENSINO PROFISIONALIZANTE E SUA INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE PRUDENTINA	79
5.1 O Cooperativismo.....	79
5.2 O Empreendedorismo.....	84
5.3 O papel do ensino industrial na realidade empreendedora e cooperativa na cidade de Presidente Prudente.....	87
6 CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
APÊNDICES	99
Apêndice 1: Roteiro de entrevista para ex-alunos.....	100
Apêndice 2: Roteiro de entrevista para ex-professores.....	101
Apêndice 3: Roteiro de entrevista para ex-diretor.....	102
ANEXOS	
Anexo1: Lei Orgânica do Ensino Industrial	
Anexo 2: Diploma de Curso do Colégio Artesanal	
Anexo 3: Caderneta escolar	
Anexo 4: Anotações do caderno escolar	

APRESENTAÇÃO

Gostaria desde já de manifestar minha recusa a certo tipo de crítica científica que insinua faltar rigor no modo como discuto os problemas e na linguagem demasiado afetiva que uso. A paixão com que conheço, falo ou escrevo não diminuem o compromisso com que denuncio e anuncio. Não tenho parte esquemática, meticulosa, racionalista e outra desarticulada, imprecisa, querendo simplesmente bem ao mundo. Conheço com meu corpo todo, sentimentos, paixão. Razão também. (FREIRE, 2001, p.10)

A citação acima foi posta pois o interesse pelo tema da presente dissertação nasceu de uma paixão, que aparecerá de forma explícita durante todo o presente trabalho. Como o tema desta dissertação nasceu do coração, a mesma pode ser melhor entendida e justificada a partir de algumas lembranças de minha vida.

Aos 12 anos ingressei no Colégio Militar para cursar a quinta série. Sendo interno tive que tomar decisões desde cedo, desenvolvi a habilidade de me posicionar claramente diante de todas as situações que me encontrava. Aprendi a respeitar o outro, o espaço a individualidade dos meus pares.

No ano de 1990, iniciei o curso de Processamento de Dados, na cidade do Rio de Janeiro, na Universidade Estácio de Sá. No quarto período da graduação iniciei minha vida profissional estagiando na MESBLA S/A. Depois, como Analista Treinee ingressei na ORIGIN C&P, uma consultoria Holandesa.

Em 1994, cansado da violência da cidade grande e buscando melhor qualidade de vida, resolvi mudar-me para o interior paulista, erradicando-me na cidade de Presidente Prudente. Nela iniciei minha carreira como docente e Gerente Administrativo.

Já em 2004 tinha mais um sonho realizando-se: o ingresso no Curso de Tecnologia em Gestão de Negócios. Alegria. Havia passado no vestibular depois de alguns anos ausentes da cadeira de discente. Sentia-me importante. Minha esposa, doutora e docente, era minha incentivadora todos os dias ao estudo constante. Tal incentivo tornou-se decisivo em minha vida quando percebi que tinha uma missão pela frente: estava comprometido socialmente, sentimentalmente, moralmente a educar. Precisava acolher aqueles que

desejavam educar-se. Sabemos a importância desta acolhida, relatada também por Freire, quando salienta.

Eu fiz a escola primária exatamente no período mais duro da fome. Não da fome intensa, mas de uma fome suficiente para atrapalhar o aprendizado. Quando terminei meu exame de admissão, era alto, grande, anguloso, feio. Já tinha esse tamanho e pesava 47 quilos. Usava calças curtas, porque minha mãe não tinha condições de comprar calça comprida. E as calças curtas, enormes, sublinhavam a altura do adolescente. Eu consegui fazer, Deus sabe como, o primeiro ano de ginásio com 16 anos. Idade com que meus colegas de geração, cujos pais tinham dinheiro, já estavam entrando na faculdade. Fiz esse primeiro ano de ginásio num desses colégios privados, em Recife; em Jaboatão só havia escola primária. Mas minha mãe não tinha condições de continuar pagando a mensalidade e, então, foi uma verdadeira maratona para conseguir um colégio que me recebesse com uma bolsa de estudos. Finalmente ela encontrou o Colégio Oswaldo Cruz e o dono desse colégio, Aluísio Araújo, que fora antes seminarista, casado com uma mulher extraordinária, a quem eu quero um imenso bem, resolveu atender o pedido de minha mãe. (FREIRE, 2000, p. 20).

Foram dois anos de graduação encantadores, árduos, fascinantes e desafiadores. Iniciei minha aprendizagem do acolher pelos textos que revelavam o que devemos fazer/dizer no processo de planejar, organizar, comandar, controlar e coordenar.

Findada a graduação, iniciei minha carreira docente. Destaco que a docência me permitiu, me permite e sempre me permitirá uma reflexão dos processos de convivência humana, como também pude, durante a mesma, articular idéias e levantar problemáticas para pesquisa.

Mas, sentia que queria mais: ingressei na pós-graduação *latu sensu* em Avaliação do Ensino Aprendizagem na Universidade do Oeste Paulista a fim de aprimorar-me como docente.

Ainda era pouco. Em 2007 iniciei a pós *strictu sensu* (mestrado) em Educação na Universidade do Oeste Paulista. Minha experiência com a Administração e a paixão pela Educação levou-me a estudar um tema que tinha como foco o resgate da memória do ensino industrial na cidade de Presidente Prudente. Tal tema surgiu devido a observação de empresários e cooperados de sucesso vindos do ensino industrial ministrado em Presidente Prudente.

1 INTRODUÇÃO

A caminhada rumo ao ensino industrial nacional obteve seu ápice com o decreto-lei n 4073, de 30 de janeiro de 1942, conhecido como lei orgânica do ensino industrial. Tal lei deslocou todo o ensino profissional para o grau médio, deixando para o ensino primário o conteúdo geral.

A história da cidade de Presidente Prudente segue em curso paralelo ao ensino industrial, pois na implantação do ensino industrial nacional acontecia o crescimento da cidade, estimulando o desenvolvimento industrial. Em 1931 havia 17 estabelecimentos industriais e em 1940 esse número passou para 138, um crescimento expressivo em tão pouco tempo.

Tal desenvolvimento, neste período foi embasado na economia agrícola, com destaque para a fase cafeeira. Porém, a partir de 1940, o algodão e o gado continuaram possibilitando a exploração da indústria com frigoríficos e máquinas de beneficiar algodão.

Já no período de 1951 à 1954 a população urbana obteve um incremento de 127,84%. Tal estatística pode ser entendida, pois a cidade nesta época, Capital da Alta Sorocabana, possuía um importante entroncamento rodoviário, que estimulou a vinda de órgãos estaduais regionais de ensino, servindo a cidade de apoio para o sul do Mato Grosso, norte do Paraná e da Alta Paulista.

A fase industrial de Presidente Prudente pode ser considerada se mencionarmos o período de 1949 a 1970, onde houve um crescimento do número de indústrias neste município. Assim como o aumento de estabelecimentos industriais viu-se crescer também o número de operários empregados neste período. A atividade da indústria era de grande interesse para que se pudesse criar um distrito industrial e com isso, gerar um maior desenvolvimento sócio-econômico, populacional e intelectual na cidade de Presidente Prudente.

Com este quadro da realidade traçado a presente pesquisa tem como objetivo geral resgatar o ensino profissionalizante investigando o impacto que acarretou o ensino industrial estatal através da escola industrial de

Presidente Prudente e sua importância para sociedade. O interesse por esta pesquisa adveio da ânsia de recuperar historicamente as concepções e práticas pedagógicas que marcaram o desenvolvimento da Educação Profissional em Presidente Prudente entre as décadas de 50 a 70 e de analisar a atuação de políticas públicas e sociais na formação dos cidadãos e desenvolvimento local. Já como objetivos específicos pretendemos investigar as ações governamentais de políticas públicas para o ensino profissionalizante/industrial; analisar o ensino profissionalizante no município Presidente Prudente, através da escola estadual industrial; verificar a transformação da realidade educacional no município e finalmente, resgatar sua importância para o desenvolvimento da sociedade.

A presente dissertação foi organizada da seguinte maneira:

Na Apresentação relatei fatos da minha história pessoal que justificam meus anseios e questionamentos sobre o resgate da memória do ensino industrial na Cidade de Presidente Prudente.

Na Introdução evidenciarei os objetivos da pesquisa, apresentando a estrutura da dissertação.

No primeiro capítulo, deu-se destaque a cidade de Presidente Prudente, sua colonização pelas mãos de dois coronéis, seu crescimento e desenvolvimento por um viés sócio-econômico, populacional e educativo.

Em todo segundo capítulo da presente dissertação foram abordadas as políticas públicas para a educação profissional a partir de conceitos e definições básicas para uma maior compreensão sobre o tema. Claro que não será nosso propósito esgotarmos o assunto, mas apenas fazermos algumas colocações que julgamos pertinentes a esta questão, onde, dentre outros, podemos mencionar a diferença entre políticas públicas e as políticas governamentais, a importância de uma política pública para o ensino de um modo geral e também, especificamente, para o ensino profissionalizante.

No terceiro capítulo foi feita uma abordagem da legislação sobre o ensino industrial, salientando a relação entre indústria, Estado e Educação.

Em seguida, no quarto capítulo, analisou-se o impacto que o ensino industrial, pela escola artesanal e o ginásio industrial, causou na cidade de Presidente Prudente nas décadas de 50 à 70, utilizando fontes bibliográficas, documentais, entrevistas, jornais, que são de suma importância para a

construção de um trabalho científico. Utilizamos também fotos históricas, através da iconografia, pois acreditamos serem estas fundamentais para o resgate da memória desta história.

No capítulo 5 pudemos identificar e enumerar, a partir de um vasto e abrangente currículo desta escola, uma relação entre ex-alunos, lideranças empresariais, empreendedorismo e cooperativismo.

Finalmente, fizemos nossa conclusão.

CAPÍTULO 1- A CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE

O propósito deste capítulo é resgatar historicamente, a memória da cidade de Presidente Prudente, evidenciando, a partir daí, sua colonização, crescimento populacional, desenvolvimento sócio-econômico e a educação.

Por volta do século XIX, pelo que descreve Ferrari Leite (1972), já se sabia da presença de algumas pessoas na região, eram os índios Caiuás e Xavantes, do grupo dos Guaranis, mas a história realmente de Presidente Prudente se inicia com o desbravamento do sertão feito inicialmente por mineiros, imigrantes do Estado de Minas Gerais, atraídos após a decadência das jazidas e pela fuga da convocação de tropas para lutar na Guerra do Paraguai, porém mesmo com o fim da guerra, a migração continuou.

O desbravamento foi realizado por José Teodoro de Souza que apropriou-se de terras devolutas, nas áreas de terra roxa e campos, para poder se instalar, abriu-se então um caminho entre Campos Novos de Paranapanema e o Rio Paraná para ligar a região ao Mato Grosso, onde houve a expansão das plantações de café produzidas para a exportação. Neste cenário surge o sistema de loteamento, onde os proprietários compartimentavam suas terras em pequenas propriedades e as vendiam. Com essa atitude, o sertão do Paranapanema conhecia não só o latifúndio cafeeiro como também a pequena propriedade.

Nesse momento da economia paulista, podemos mencionar o Cel Francisco de Paula Goulart e o Cel. José Soares Marcondes, fazendeiros e negociantes de terras. O Cel Goulart nasceu em 05 de fevereiro de 1879, no distrito de Alterosa em Minas Gerais, era filho de Manoel Pereira Goulart e Militânia Cândida Marque. No início de 1880 sua família muda-se para Campos Novos do Paranapanema no interior de São Paulo, onde já residia seu tio, Bibiano José Goulart. Em 25 de Dezembro de 1909, Francisco de Paula Goulart casa-se com Izabel Dias Cintra com quem tem 19 filhos. Em 1941 muda-se de Presidente Prudente, para o Mato Grosso e logo em seguida foi morar em São Paulo, onde morreu em 26 de dezembro de 1968.

O Cel Goulart era herdeiro de um grande latifúndio em Santo Anastácio, a fazenda Pirapó, onde, após vender parte de suas terras para a exploração do café e comércio, nasce a Vila Goulart em 14 de setembro de 1917, que com a abertura de tráfego de trens, fazia crescer cada vez mais o povoado.

Cel Marcondes, foi nascido em Barra Mansa, Rio de Janeiro, ficou órfão aos 14 anos mudando-se com toda a família para a cidade de Franca, no interior de São Paulo, onde se casou indo morar, mais tarde em Santos (SP), onde reuniu grande fortuna, que começa a perder ao investir na bolsa. Foi morar em Salto Grande (SP) com seus sete filhos, fixando-se em Presidente Prudente (SP), após a destruição de cafezais de sua fazenda pelas geadas. Adquiriu do advogado Amador Nogueira Cobra, 4.700 alqueires e os loteou.

O cel Marcondes não era proprietário de terras mas possuía uma empresa colonizadora para vender terras, a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio. Nesta empresa em pouco tempo e com uma enorme campanha publicitária vendeu todos os lotes, nascendo assim, em 1919, a Vila Marcondes. Com o nascimento dessas duas vilas e sua fusão criou-se o município de Presidente Prudente.

Ainda pela ótica de Ferrari Leite (1972), o nome de Presidente Prudente surgiu bem depois, após ter o nome de Vila Marcondes, a cidade passou a se chamar Veado, pois o Cel Goulart foi influenciado por um córrego que cortava as terras e pela presença de inúmeros veados, gênero animal, que constantemente bebiam água nele, sendo assim, o lugar recebe o nome de Patrimônio do Veado. Com o crescimento da região e a chegada de outros habitantes esse nome não caía bem a eles que seriam cidadãos veadenses, desta feita passou a se chamar Montalvão, que também não agradou, passando a se chamar Anta, em razão de ser um animal comum à região.

Esta denominação não durou muito, pois o Cel Goulart achava o nome Anta, um bicho feio e não gostaria que se parecesse com a futura cidade que nascia. Finalmente, em 1929, a estação de trem foi batizada de Presidente Prudente.



FIGURA 1 : A família de Cel Francisco de Paula Goulart
 Fonte: Museu e Arquivo Histórico Municipal de Presidente Prudente

O Cel Marcondes, não era proprietário de terras mas possuía uma empresa colonizadora para vender terras, Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio. Nesta empresa com uma enorme campanha publicitária e em pouco tempo conseguiu-se vender todos os lotes, nascendo assim, em 1919, a Vila Marcondes. Com o nascimento dessas duas vilas e sua fusão criou-se município de Presidente Prudente.



FIGURA 2: O último a direita: Cel. José Soares Marcondes
 Fonte: Museu e Arquivo Histórico Municipal de Presidente Prudente

Podemos perceber pelo olhar de Ferrari Leite (1998), que a colonização feita pelo Cel Goulart teve um caráter individual, sendo utilizada sua própria terra, nos lembrando do espírito pioneiro de José Teodoro, já a colonização do Cel. Marcondes teve uma característica empresarial, com medidas estudadas, planejadas, realmente como um negócio, essa rivalidade só fez com que crescesse a colonização. Com o recenseamento de 1920 vemos que o Núcleo Urbano contava com 846 habitantes e o Núcleo Escolar com 251 estudantes com idade entre 5 (cinco) e 12 (doze) anos, sendo assim, instalou-se uma agência postal e uma escola em Presidente Prudente. Já em 1921, criava-se o Município, o Distrito Policial e o Distrito de Paz, pela lei nº 1798, e em Dezembro de 1922 criava-se a Comarca, pela lei nº 1887.

Na década de 40, além do crescimento nas atividades com produtos agrícolas e prestação de serviços, as atividades industriais voltam-se para a produção agropecuária, nesta época havia 17 estabelecimentos industriais, em 1941 esse número passa para 138, gerando emprego para mais de 650 pessoas.

Para Abreu (1972), ao se deixar a cidade de São Paulo, com sentido interior, encontramos a cidade de Presidente Prudente, que se destaca na região não só por sua história, mas também pelo conjunto de fatores físicos, econômicos e geográficos. A localização estratégica no sudoeste do Estado de São Paulo, e também a proximidade dos estados do Paraná (82 km) e do Mato Grosso do Sul (90 km), sempre lhe garantiu uma presença comercial marcante nesses estados. Por toda essa exposição, a cidade de Presidente Prudente abrigou alguns órgãos da administração estadual e federal e também inúmeras indústrias, que escolheram esse município como centro distribuidor de produtos, como: cigarros, produtos químicos, farmacêuticos, derivados de petróleo, agências de automóveis e caminhões, bebidas e materiais de construção.

Com o crescimento não só do movimento comercial mas também do movimento da prestação de serviços e pela sua posição geográfica privilegiada, a cidade de desenvolveu rapidamente, escritórios, bancos, serviços escolares, religiosos, de higiene e saúde multiplicavam – se, como também o mercado abastecedor da região, pois a seu redor encontravam-se propriedades que não conseguiam beneficiar seus produtos e que necessitavam de produtos alimentícios e de vestuário. O movimento comercial e de serviços ao longo dos

anos foi se ampliando e se diversificou para poder atender às necessidades da população, sendo assim, a cidade tornou-se o pólo comercial e prestador de serviços, considerada como a capital do oeste paulista. A atividade comercial da cidade de Presidente Prudente era em função do mercado regional, já que a população não só da própria cidade mas também de cidades vizinhas, representavam um grande mercado consumidor. Prudente funcionava como um centro de comercialização de diversos produtos, principalmente os industriais fabricados em outros estados.

Baseado em que apresenta Ferrari Leite (1972), com a criação das regiões administrativas, o município de Presidente Prudente adquiriu independência político-administrativa. Com todo esse histórico, vejamos o crescimento populacional urbano da alta sorocabana.

TABELA 1: População Urbana Alta Sorocabana.

Ano	Da Região	De Presidente Prudente
1940	51.943	12.637
1950	94.928	26.970
1960	173.203	54.055
1970	254.106	92.851

Fonte: Ferrari Leite, 1972.

Analisando o quadro acima, em 1940 a população urbana representava 24,4% da população total da região, já em 1970 observamos que esse percentual subiu para 36,5% do total populacional, um crescimento de pouco mais de 12% em 30 anos.

TABELA 2: Crescimento Populacional Urbano.

Período	Alta Sorocabana	Presidente Prudente
140-1950	73,3%	111,9%
1950-1960	74,8%	101,7%
1960-1970	35,3%	71,7%

Fonte: Ferrari Leite, 1972.

Conforme Goulart (1967), nesta região, da Alta Sorocabana, não se encontra nenhuma cidade que se compare a Presidente Prudente, pelo menos em relação a população e seu crescimento. Os fatores que podemos elencar como motivadores desse desenvolvimento podem ser: fatores geográficos, históricos e até mesmo econômicos. Esses fatores contribuíram para que na década de 30 a 40 fosse expressiva a presença de Prudente no cenário comercial. Como já mencionamos anteriormente, a colonização por Goulart e Marcondes fez os colonos fixarem-se na região, pois mesmo sendo rivais ofereciam sempre melhores condições de serviços, atraindo cada vez moradores. Com essa vinda podemos mencionar os italianos, japoneses e espanhóis, que constituíram verdadeiras fortunas com o passar do tempo. Abaixo inserimos fotos da cidade de Presidente Prudente que evidenciam um salto no crescimento.



FIGURA 3 : Presidente Prudente na década de 30
Fonte: Museu e Arquivo Histórico Municipal de Presidente Prudente



FIGURA 4 : Presidente Prudente na década de 70

Fonte: Museu e Arquivo Histórico Municipal de Presidente Prudente

Para Miranda (1999), com todo esse desenvolvimento fez necessária a criação do primeiro grupo escolar, que hoje é o E.E.P.G prof Adolpho Arruda Melo, e a primeira Casa de Saúde, a Inspeção Distrital de Ensino em 1928, que em 1932 passou a ser a Delegacia de Ensino. Em 1929, nasce a Companhia Elétrica Caiuá, que para fornecer energia elétrica necessitava de uma pequena usina termoelétrica. Com a criação das regiões administrativas, o município de Presidente Prudente adquiriu independência político-administrativa.

Para Groth (1969), na fase industrial podemos mencionar o crescimento do número de indústrias em Presidente Prudente, em 1949 haviam 74 estabelecimentos industriais já em 1967, contava com 329. Em 1960, o município contava com 152 estabelecimentos industriais, passando dos 1.000 empregados. Em 1967, a indústria prudentina já empregada 2.400 operários. Um dado relevante é que em média havia 7 operários para cada indústria, mas o que se via era que 74% das indústrias empregavam mesmo de 2 operários e apenas 13 indústrias absorviam quase 52% dos operários, e essas indústrias eram as ligadas ao aproveitamento de matérias primas agropecuárias.

A atividade industrial era de grande interesse para que se pudesse criar o distrito industrial na cidade. O projeto do Distrito Industrial previa aumento das instalações de indústrias que poderiam fazer com que essa taxa aumentasse, foi o que se verificou, pois em 1980 se chegava a casa dos 177.099 habitantes e em 2000 aos 561.120 habitantes.

Segundo Ferrari Leite (1972), Presidente Prudente além de se tornar o primeiro município da Alta Sorocabana, foi também a primeira comarca da região. Com sua primazia econômica, Prudente destacou-se também em:

- extração de madeira, com 19 serrarias;
- café, com a instalação do Instituto Brasileiro de Café;
- instalação da primeira usina de beneficiamento de algodão;
- instalação da indústria de alambiques para extração do óleo de menta;
- usinas de moagem de amendoim;
- expansão do gado;
- após o cansaço do solo, surge o planejamento, criação e instalação do Distrito Industrial.

O setor de maior importância era o têxtil, representando 29 % de toda a atividade industrial, com máquinas de beneficiar algodão pertencentes à Anderson Clayton, Matarazzo, Esteves & Irmãos e Saad do Brasil. Já os produtos alimentícios representavam apenas 19,2%, levando-se em conta os frigoríficos Luiziani e Bordon, que abatiam de 500 e 750 cabeças por dia. Não devemos nos esquecer das indústrias de bebidas, em sua maior parte alcoólicas, com 11,6%, as farmacêuticas com 9,2%, e as de couro com 7,4 %, com índice de crescimento superior ao de outras cidades próximas como Bauru, Marília e Araçatuba que superavam Prudente em número de indústrias, operário e de valor de produção. Abaixo temos a imagem da fábrica de bebidas Funada em 1950.



FIGURA 5: A fábrica de bebidas Funada na década de 50 e seus fundadores: Kimi e Mampei Funada
Fonte: Museu e Arquivo Histórico Municipal de Presidente Prudente

Por uma visão de D'Incao (2007), verificamos a existência de uma sociedade aberta e democrática caracterizando a juventude da cidade e a origem diversificada de sua população. Em 1962 o ensino da região já atraía boa parte dos estudantes de outras cidades, contávamos com o Instituto isolado de Ensino Superior, hoje Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), A Faculdade de Direito de Presidente Prudente e Ciências Econômicas. No ensino secundário tínhamos 3.015 alunos no ginásio, 572 no colegial, 403 no comercial, 283 no normal e 67 alunos no industrial. Neste mesmo ano o número de matriculados em unidades escolares de ensino primário, estaduais e particulares era de 10.162 alunos.

CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Refletir a respeito de políticas públicas para a educação profissional é pertinente e justifica-se diante das transformações que ocorreram no mundo do trabalho e que geraram conseqüências nos objetivos da educação profissional.

No período analisado na presente dissertação, de 1950 a 1970, percebemos que os projetos/leis de políticas públicas buscaram considerar a realidade da implantação do industrialismo e as inovações por ele trazida. Nesta época, a qualificação para o trabalho passou a ser imprescindível, ganhando a educação posição de destaque na distribuição de conhecimentos fundamentais daquela nova era, possibilitando inclusive uma influência na posição social dos educandos.

Neste capítulo iremos fazer uma análise crítica – reflexiva acerca do tema, a partir de conceitos básicos e sua contribuição ao nosso país. Para que possamos entender este assunto devemos levar em consideração as políticas públicas como política social, sócio econômica e educacional.

Segundo Andrade (1999), a idéia de política pública está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios e uma grande capacidade de impactar, não se reduz apenas à implantação de serviços, pois engloba projetos de natureza ético-política e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição. Situa-se também no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação. Não devemos confundir políticas públicas com políticas governamentais.

Com relação as políticas públicas no Brasil, verificamos uma forte tendência a desburocratização, ou seja, a atuação do cidadão está se tornando fundamental neste processo. A participação da população varia de acordo com a política, em algumas a participação é reduzida em outras é um número bem expressivo, devemos é analisar cada política para podermos mensurar. O que varia também, de acordo com a política, é a forma de atuação dessa população. Outro ponto importante são as parcerias, encontradas cada vez

mais entre os setores público e privado. As políticas públicas são regionais, onde devemos levar em consideração as adversidades, mas podemos verificar que há governos locais de regiões pobres com um desempenho muito maior que os de locais mais ricos, isso pelas disparidades encontradas em nosso país. Uma questão relevante neste estudo é entendermos os critérios de eficiência e eficácia das políticas públicas. O que pudemos verificar com relação a políticas públicas educacionais é que no Brasil, a qualidade, quantidade e confiabilidade desses dados já estão bem avançadas.

Perez (1998), ratifica que os estudos de implementação também demonstram o quanto essa varia com a política e seus diferentes tipos de formato, centralizado ou descentralizado, burocrático ou desburocratizado, e com a natureza das agências que a implementam. Os estudos ainda indicam a importância de se estabelecer a inter-relação entre os distintos níveis de governo e entre políticas, contrapondo-se à ênfase de uma única autoridade em uma única política.

Segundo Rivero (2004), a história da educação no Brasil iniciou-se em 1549, com a chegada de seis jesuítas trazidos ao nosso país pelo primeiro governador-geral Tomé da Souza. Durante o período colonial, os jesuítas cuidaram da educação no Brasil. Criaram escolas de primeiras letras e instalaram colégios atendendo a dois grupos distintos: a elite colonial (aristocracia rural) que recebia uma educação voltada para a vida religiosa ou para o ingresso nas universidades da Europa e os índios que recebiam educação intimamente ligada à idéia da catequização. É importante ressaltar que a educação jesuítica era excludente, sendo que seu conteúdo atendia aos padrões europeus, não se relacionava com a realidade econômica e social presentes no Brasil.

Ainda para Rivero (2004), foi em 1759, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal, que se iniciou a formação dos novos colégios, insuficientes em número e mal distribuídos no espaço geográfico brasileiro. Porém, não mais estava presente à formação exigente e rígida de mestres. Os novos docentes eram considerados incompetentes e mal pagos. O baixo salário gerou na época, e gera ainda hoje, profissionais despreparados, impossibilitados de buscar aperfeiçoamento profissional e pessoal, melhores condições de trabalho.

Nessa época da história da educação brasileira, um novo processo de desestabilização ocorre no país: a promulgação do Ato Adicional à Constituição Brasileira de 1834, que descentraliza o ensino colocando a escola da elite sob o poder da coroa e a escola do povo sob a orientação das províncias, precárias em todos os sentidos, redundando em prejuízos irreversíveis para os alunos, para os docentes e a escola no seu todo.

O povo ficou sem acesso à educação neste período que foi marcado pela centralização política e educacional.

Após a Independência do Brasil, a educação continuou elitista e excludente, mesmo com o artigo 179 da Constituição de 1824, onde se estabelece que a instrução primária seria gratuita a todos os cidadãos.

Segundo Freire (2000), o processo educativo não é politicamente neutro, mas sim uma ação cultural que resulta na relação ou de domínio ou de liberdade entre os seres humanos. Certo de que no Brasil, a educação, é dividida em classes com interesses antagônicos, identificamos aqui a existência de uma educação voltada para a dominação. Nela, o processo educativo, é rígido, autoritário e os professores planejam ter alunos dóceis, passivos que trabalhem com conteúdos formais e distantes de realidades dos estudantes.

Já Roy (2006), acredita que as experiências brasileiras não são únicas, mas representam contribuições fundamentais para um processo educacional que envolva toda a sociedade. Entre as inovações brasileiras na área da educação, citamos os centros integrados de educação pública (Cieps) e de apoio à criança e ao adolescente (Ciacs), as idéias de Paulo Freire e de Darcy Ribeiro, além dos projetos de educação à distância.

Esses são exemplos positivos porque representam modelos de práticas pedagógicas que incluem todos os setores sociais. Ele defende, no entanto, mobilizações para que a sociedade entenda sua importância no processo educativo.

Para Vidigal (2006), as escolas pioneiras na missão de educar, foram as escolas particulares que começaram ainda no tempo do Brasil Colônia, com as "escolas de ler e escrever" dos padres jesuítas e, através das várias etapas da nossa história, contribuíram para a formação do povo brasileiro, de suas lideranças políticas e sociais, buscando sempre a excelência pedagógica.

A educação, hoje, direciona-se para a formação global do indivíduo, mas para isso é necessário que todos os conceitos tratados na escola estejam em consonância com o cotidiano dos alunos. Nessa perspectiva, surge a utilização das tecnologias digitais, as quais tendem a facilitar a aquisição de conhecimentos significativos em detrimento àqueles que eram aprendidos mecanicamente.

No século XXI, impõe-se a necessidade de formular propostas de educação capazes não só de preparar recursos humanos mas também de respeitar o aluno enquanto ser humano e cidadão. O senso comum credita à escola a tarefa de formar seus alunos moralmente. Os pais, muitas vezes, escolhem a escola de seus filhos segundo o tipo de educação mais geral que desejam: disciplinadora, moralizadora, socializadora.

De forma geral, portanto, a escola tem um forte vínculo com a transferência de valores e atitudes sociais, pois está inserida na sociedade, faz parte dela e, como tal, deve participar ativa e criticamente do processo de construção social. Desse modo, a educação para preparar os recursos humanos, sujeita-se a várias transformações que irão afetar o desenvolvimento moral dos homens.

Em relação ao ensino tradicional há primeiro que se dizer, que o sistema educacional brasileiro está deficiente, quanto à formação fundamental do aluno, nas escolas de primeiro e de segundo graus.

O ensino prestado ao aluno, de um modo geral, não é adequado para a formação do futuro profissional. Posto o fato de que pouco se ensina sobre conhecimentos específicos, negligenciando disciplinas fundamentais.

Como enfatiza Andrade (1996, p. 69), “é preciso, antes de tudo, formar o brasileiro de amanhã, com maior sentido de cidadania e de patriotismo, por um Brasil melhor”.

Assim, com as bases culturais do povo aprimoradas, maior será o sentido de cidadania e de participação do desenvolvimento cultural, social e econômico do país, formando melhores alunos e os professores. Podendo, com esse aprimoramento, sanar ou amenizar, o reflexo negativo que essa má formação dos alunos causa no meio universitário.

Outro ponto importante ressaltado nessa vertente metodológica é a de que o professor é estimulado a exercer uma coerência, nos seus atos, nas

suas palavras, em ser, pois, deve-se manter em verdade, ou seja, deve procurar ter coerência entre o discurso e a prática.

O ambiente escolar, sobretudo, é ressaltado nessa metodologia, que adota a cada mês (oito meses do ano letivo, portanto, oito valores complementares) um valor como o amor, a limpeza, a responsabilidade, a organização, o respeito, a paz, a cooperação, a união, a ser trabalhado pelo educador na sala de aula, na escola.

O pesquisador Rudolf Steiner (1999, p. 7), aponta um fator importante a respeito do ambiente, quando diz que:

[...] alguns estímulos tem efeito modelador sobre a criança, como a alegria provocada pelo ambiente, e dentro deste os rostos alegres dos educadores, com um amor antes de tudo sincero, nunca forçado. Tal amor permeia calorosamente todo o ambiente. Quando pode imitar tais exemplos sadios, em uma atmosfera de amor, a criança se encontra no seu espaço adequado.

Então, se quisermos sensibilizar os valores humanos na educação, temos uma condição intrínseca, a de que o ambiente seja adequado e repleto de alegria, de verdade. Esse ambiente, portanto, não pode existir sem um educador sincero, feliz, ao mesmo tempo ético, criativo e ousado, que tenha como princípio o tempero da formação humana, primeiramente de si conjuntamente com a de seus alunos. Educador e ambiente, então, tornam-se UM, um só corpo emocional, contagiante, alegre, entusiasta.

Como ressalta Moraes (apud Maturana 2001, p. 33), a importância da criação de espaços educacionais mais flexíveis que fomentem a aceitação das diferenças, a ação e reflexão ambas fundadas na emoção, “uma criança que não se aceita e não se respeita, não tem espaço de reflexão, porque está na contínua negação de si mesmo e na busca ansiosa do que não é e nem pode ser”.

Educar tendo como base os valores humanos, é educar valorizando os talentos pessoais criativos, as emoções, o convívio com as diferenças, a ética com a alegria, possibilitando assim, espaços para que as pessoas manifestem o seu interior, o seu dom pessoal, sem reprovação, sem negação. É, sem dúvida, uma educação que possibilita a formação de ambientes transformadores, de indivíduos mais humanos, mais cooperativos, solidários e fraternos.

Tem-se história de que o regime ensino educacional no Brasil iniciou-se com os Jesuítas com inauguração em 1549, da primeira escola após a chegada dos jesuítas. No Brasil colônia de 1500 a 1822, segundo Manfredi (2003), já se exercia os ensinamentos de ofícios como: pintura, produção de tijolos, carpintaria, fabricação de medicamentos, nesta década ocorreram transformações econômica e política muito significativas no Brasil como a formação do Estado Nacional e a constituição do aparelho educacional escolar, onde é garantida a instrução primária a todos os cidadãos pela Constituição de 1824. O Estado procurava construir um ensino profissionalizante paralelo, com um tipo de ensino apartado do secundário e do superior, com o objetivo específico de criar e de promover uma força de trabalho diretamente ligado à produção.

Porém, as políticas públicas educacionais podem ser descritas somente depois de 1931 com a criação do Conselho Nacional de Educação onde se efetivou a reforma educacional pelo Ministro Francisco Campos no governo de Getúlio Vargas. Após essa reforma vieram as Leis Orgânicas do Ensino, onde foram feitos vários ajustes nas propostas pedagógicas.

Depois de 1930, com o Estado Novo, o Ensino Profissionalizante foi consolidado, legitimando-se a separação entre o trabalho manual e o intelectual centralizando a ação do estado no desenvolvimento econômico.

Desse modo, podendo concluir que já naquela época, no período colonial, foi marcada por uma educação profissionalizante onde se faziam distinções entre o trabalho manual e o intelectual.

Segundo Sunkel (1990), o Estado interventor teve um papel preponderante na estruturação produtiva, na moderação dos desequilíbrios sociais e educacionais, nas negociações entre empresários e sindicatos, na impulsão dos serviços de bem-estar social de implantação de políticas públicas que atenuassem os desajustes socio-econômicos em nosso país.

Em 1930, com a chamada Primeira República, temos a sistematização da escola de formação de mão-de-obra para o trabalho industrial no Estado Novo. Em 1945, mudanças técnico-organizacionais aconteciam até mesmo com as contradições entre o velho e o novo modelo educacional, foi onde o ensino profissionalizante passou por avanços e retrocessos.

Para Cunha (1983), o sistema educacional é o resultado da educação sistematizada, que se desenvolve conscientemente a partir de problemas da situação, cujas causas devem ser identificadas através de um conhecimento contextual e uma teoria educacional estabelecida. O autor ainda salienta que no Brasil deveríamos ter dois sistemas paralelos e separados, totalmente independentes.

A escola nova deve ser reorganizada de maneira que o trabalho seja seu elemento formador, favorecendo a expansão das energias criadoras do educando, procurando estimular-lhe o próprio esforço como elemento mais eficiente em sua educação, e preparando-o com o trabalho em grupos e todas as atividades pedagógicas e sociais, para fazê-lo penetrar na corrente do progresso material e espiritual da sociedade de que proveio e em que vai viver e lutar. (CUNHA, 1983, p.23).

Para se fazer uma análise do ensino profissionalizante no Brasil é necessário que tenhamos em visão clara de elementos sócio-econômico-políticos- culturais, para que possamos fazer uma leitura relacionando o ensino ao trabalho.

Não é de fácil entender nem analisar a políticas públicas em nosso país, uma das primeiras barreiras que encontramos é pelo simples fato do termo “política” ter vários significados.

Para Maar (1995), política refere-se ao poder político, à esfera da política institucional.

A evolução histórica em direção ao gigantismo das instituições políticas – o Estado onipresente – é acompanhada de uma politização geral da sociedade em seus mínimos detalhes, por exigir um posicionamento diário frente ao poder. Mas ao mesmo tempo traz consigo a imposição de normas com que balizar a própria aplicação da palavra política, procurando determinar o que é e o que não é política. (MAAR, 1995, p.10).

Todos somos seres políticos onde o poder se traduz não só em nossas ações mas também em nossas omissões, quando buscamos nos comprometer com a transformação de nossa realidade.

Ainda para Maar (1995), existem quatro elementos fundamentais para que possamos analisar as políticas educacionais:

- o educador como ser essencialmente político.
- a alta consideração que devemos ter com a realidade.

- os compromissos efetivos explicitados pelos fins.
- exigência de ações transformadores através de propostas.

Devemos ter muito cuidado com os rótulos que alguns estudos fazem quanto a políticas públicas de nosso país, especialmente às políticas sociais. Nosso país ainda é visto como um território paternalista, assistencialista.

Segundo Saviani (2002), o Estado exerce, cada vez mais, um poderoso controle sobre o cotidiano. Todas as instituições apresentam características da presença do Estado, não significando com isso que ele impeça os sujeitos sociais de resistirem e de contrariarem o estabelecimento de suas políticas. É fato que na elaboração das políticas públicas, reside, sobremaneira, por parte do Estado, um instrumento de controle das relações e das contradições sociais. Este instrumento de controle faz do Estado tutor da vida social presente em todos os níveis das organizações civis, políticas econômicas, educacionais e religiosas.

Em sociedades estruturadas a partir da denominação, a fala do Estado explicitada nos programas sociais por ele formulados e executados demonstra que sua intenção, quando da elaboração das políticas públicas, é a de tutoria, de administrar o bem-estar social e de realizar o que está mesmo em sua estrutura, como o Poder. E o Poder, como dimensão política, insinua-se, mostra-se, materializa-se principalmente no universo educacional. A Educação, enquanto tal está inserida como fala do poder. Tem-se, portanto, no Saber e no Poder um dueto de realizações perversas onde o Estado é responsável pela opacidade do fazer educativo.

A Educação desempenha um papel de reforço da fala do Estado, bem como reflete a síntese das contradições expressas nas demais formas da vida do homem. Mas se assim se apresenta, o desafio reside no fato de que a análise de tal situação traz a complexidade das tensões e dos enfrentamentos presentes na idéia relacional de Educação e Poder. A Educação, enquanto política pública, está intimamente ligada às demandas variadas oferecidas pelo Estado, mas padece a mesma subordinação dessas demandas. Apesar disto, não se pode negar que se a Educação não tem criado condições de mudanças ao menos está presente no bojo de uma questão social gerando condições de reflexão.

A educação é um fator importante para os neoliberais, sendo de responsabilidade do Estado, porém, ele deve transferir boa parte dessa responsabilidade a iniciativa privada, para que o cidadão possa ter opções de escolha sobre que tipo de educação irá desejar.

Segundo Bianchetti (2001), as políticas sociais são as estratégias promovidas a partir do nível político com o objetivo de desenvolver um determinado modelo social. Planos, projetos e diretrizes específicas em cada área de ação social integram estas políticas ligadas à educação.

Segundo Callegaro (1999), a situação político brasileira deve ser contextualizada de maneira clara e objetiva já que as reorientações de um novo cenário se delineia onde o Estado passa por reformulações que o direcionam a entregar ao mercado o gerenciamento de toda sociedade, fato de uma grande reforma no estado não limitando-se apenas a educação. As políticas sociais são direcionadas pelos objetivos determinados no modelo econômico vigente. Daí a importância de se conhecer as características do modelo econômico que está cada vez mais enraizado em nossa sociedade.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho transformaram os postos de trabalho e, conseqüentemente, as exigências para preenchê-los. Atualmente a titulação é um fator necessário, sem dúvida, mas não é suficiente para garantir uma boa posição no mercado de trabalho. Sem entrar no mérito do que seria essa boa posição, cabe ressaltar o impacto da elevação da produtividade sobre a disponibilidade e o tipo de vagas, tornando mais rarefeito o emprego e intensificando a exigência e a seletividade no preenchimento das vagas. Estes fatos se refletem diretamente sobre que tipo de educação se faz necessária, principalmente no tocante à qualidade e à relação com o mundo do trabalho. Como conseqüência, é imprescindível uma maior reflexão sobre as ações governamentais de escolarização e qualificação, bem como a articulação entre ambas.

Com a crescente demanda por maiores escolarização e qualificação, o governo é desafiado a assegurar oportunidades que respondam verdadeiramente aos anseios dos indivíduos e às necessidades do mundo moderno. Uma política nacional de educação profissional deve reconhecer o saber oriundo do exercício da profissão e promover sua aceitação concreta tanto

nas redes de ensino quanto nos ambientes de trabalho, garantindo e estimulando a continuidade da educação e a certificação formal.

O reflexo sobre a escola seria de transformá-la em um espaço que propicie :

[...] a aquisição de princípios científicos gerais que impactam sobre o processo produtivo; habilidades instrumentais básicas que incluem formas diferenciadas de linguagens próprias envolvendo diversas atividades sociais e produtivas; categorias de análise que facilitam a compreensão histórico-crítica da sociedade e das formas de atuação do ser humano, como cidadão e trabalhador, capacidade instrumental de executar o pensar, o estudar, o criar e o dirigir estabelecendo os devidos controles. (BRASIL, 2004).

A construção de uma política nacional de educação profissional integrada deve englobar ações de ensino básico, técnico e tecnológico e qualificação profissional, tanto com estratégias para áreas urbanas quanto rurais, bem como contemplando efetivamente eixos de atuação específicos para enfrentamento das questões étnico-raciais e do núcleo duro da pobreza. O desenho desta política deve ser comprometido com uma escola de qualidade, a integração com o mundo do trabalho, a redução das desigualdades sociais e os desenvolvimentos territoriais e do país. Há de se criar um sistema de planejamento, acompanhamento e avaliação, que subsidie o (re)desenho de programas e ações em tempo oportuno, para o alcance de maior eficiência, eficácia, efetividade e equidade da política em foco.

No Brasil, devido a uma tradição fundada na exploração predatória da força de trabalho, não existe tradição na área de políticas públicas para a educação profissional. Segundo Oliveira (2003) a precariedade das políticas públicas pode ser entendida devido a duas dificuldades: a do sistema educacional brasileiro que não atende as necessidades do mercado e da sociedade e a do empresariado que não possui consciência da importância da capacitação dos recursos humanos.

Veremos no próximo capítulo que a educação profissional, desde seus primórdios revestiu-se de cunho assistencialista, dedicada as camadas mais carentes da sociedade, visando uma proposta de democratização do ensino.

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

No presente capítulo realizamos uma abordagem das principais normas referentes a educação profissional. Devemos ressaltar, porém, que existe uma grande carência de pesquisa no campo da educação profissional. Segundo Oliveira (2003, p.29):

[...] pode-se afirmar que o ensino profissional brasileiro, destinado a formação do trabalhador vem se constituindo em um tema ainda pouco estudado, no âmbito da educação nacional. Esse fato talvez se explique porque a maioria dos estudiosos tem priorizado a pesquisa voltada pra o ensino dedicado as elites, que é orientado para o trabalho intelectual.

Assim, no presente capítulo utilizamos como referência principal a obra *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*, de Cunha (1981). Sua escolha justifica-se em função da carência de referencias e também pela variedade de enfoques apontadas por este autor.

Verificamos que entre os anos de 1930 a 1945 houve a intenção do Estado em desenvolver a centralização política e o crescimento de um pensamento não só conservador como também autoritário, com a nacionalização do ensino brasileiro. Sendo assim, ocorreu a organização do ensino em: secundário, comercial e o industrial, através da promulgação de Leis Orgânicas de ensino.

Ainda para Oliveira (2003), a criação do ensino industrial pretendia reordenar o mercado de trabalho, viabilizando a implementação de um projeto político e de desenvolvimento econômico baseado na industrialização.

Em 1937, a 10 de novembro, é outorgada uma nova Constituição, colocando em seu artigo 129 o destaque da inter-relação Indústria/Estado/educação.

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade

de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpra-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937, art.129)

Era a primeira vez que uma Constituição tratava das escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado para classes menos favorecidas. Na redação do artigo fica explícita a intenção de preparação de educandos como mão-de-obra para as novas frentes geradas pelo industrialismo.

O ministério da Educação, diante das diretrizes da Constituição Federal de 1937, elaborou em 1938 um projeto de regulamentação desse dispositivo constitucional. Neste projeto os sindicatos dos empregados e os estabelecimentos industriais deveriam manter e dirigir escolas de aprendizes industriais, que possuiriam oficinas destinadas a jovens de 14 a 18 anos. O ensino deveria ser dado durante o horário de trabalho, possuindo uma duração de 8 a 16 horas semanais.

Porém, tal projeto, enviado a Confederação Nacional das Indústrias foi rejeitado. Segundo Cunha (2000, p. 99)

Os líderes industriais não perceberam o quanto o anteprojeto atenderia aos seus próprios interesses, a médio e a longo prazo, ou priorizaram o lucro imediato – de um modo ou de outro, nada de contribuir financeiramente para a formação profissional da força de trabalho que eles próprios empregavam.

Diante da rejeição dos industriais, em 1939, o governo baixou o decreto-lei 1238, obrigando as empresas instalarem refeitórios e manterem

cursos de aperfeiçoamento profissional, no caso de terem mais de 500 funcionários. O decreto dizia que as empresas deviam manter cursos de aperfeiçoamento para adultos e menores e previa multa no caso de descumprimento.

Segundo Lopes (1992) o decreto-lei nº 1238/39 exorbitava do estabelecido na Constituição de 1937, ao estabelecer a obrigatoriedade do oferecimento de cursos de aperfeiçoamento profissional para adultos, além de confundir aprendizagem (menores) com aperfeiçoamento (adultos) e de misturar ação educacional (aperfeiçoamento) com ação assistencial.

Assim, no início dos anos 40, segundo o autor Barros:

Já existiam, em todo o território nacional, 505 estabelecimentos de ensino industrial e doméstico, dos quais 82 reservados ao preparo profissional de alunos do sexo feminino e 43 lotados por alunos de um e outro sexo. (BARROS, 1972, p.3).

Porém, apesar do número considerável de estabelecimentos de ensino industrial, a situação ainda era bastante confusa. Tal realidade pode ser melhor entendida com a citação de Cunha:

Havia as escolas de aprendizes artífices (desde 1937 chamadas Liceus profissionais), mantidas pelo Governo Federal, ensinando ofícios a menores que não trabalhavam, ao mesmo tempo em que lhes ministravam o ensino primário. Seu rendimento era extremamente baixo, resultado das precárias condições de vida dos alunos e suas famílias: a evasão era alta e a qualidade do ensino, precária. Os estados, além do Governo Federal, mantinham suas próprias escolas industriais com diretrizes e critérios unificados em cada qual, mas distintos do utilizados pela rede federal. Instituições privadas (religiosas e laicas) mantinham também escolas de aprendizes artífices enfatizando, mais do que as governamentais, seu papel assistencial. As Forças Armadas, por sua vez, tinham suas próprias instituições de ensino de ofícios, diferindo de todas as demais, instaladas junto a fábricas de material bélico e estaleiros (CUNHA, 2000, p.35).

Em 1942 surge o Decreto-Lei nº 4073, a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Com tal lei buscava-se reordenar o sistema de ensino, deixando de lado o aspecto ligado ao assistencialismo do ensino industrial para a classe

menos favorecida e implantou o “exame de admissão” para o ingresso. Para Cunha (2000, p.100) “a aptidão para o ofício, incluindo aí as atitudes consideradas adequadas para o desempenho de uma atividade industrial qualquer, passava a ser um fato prioritário na admissão”: O ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; a política educacional do Estado Novo começava a desenhar, pela primeira vez, um ensino efetivamente nacional; houve a criação, para fortalecer a educação, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), Instituto Nacional do Livro (INL) e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Mas, a reforma trazida pela Lei Orgânica, na opinião de Kuenzer (1997) continuou legitimando a dualidade de intelectuais e trabalhadores:

[...] A dualidade estrutural configura-se como a grande categoria explicativa da construção do ensino profissional do Brasil, legitimando a existência de dois caminhos bem diferenciados, a partir das funções essenciais do mundo da produção econômica: um para os que serão preparados pela escola, para exercer sua função de dirigentes; outro, para os que, com poucos anos de escolaridade, serão preparados para o mundo do trabalho em cursos específicos de formação profissional (1997, p.124).

Segundo a Lei do Ensino Industrial, o mesmo era ministrado em dois ciclos. O primeiro compreendia: o ensino industrial básico, a mestría, o artesanal e a aprendizagem. Já o segundo ciclo industrial englobava o técnico e o pedagógico.

Os cursos de mestría, de artesanato, inseridos no primeiro ciclo tiveram curta duração, ou nem chegaram a funcionar. O curso de ensino industrial básico tinha a duração de quatro anos, com o conteúdo de cultura geral e a prática de um ofício. Tal ensino era destinado a menores que não trabalhavam.

Para menores que trabalhavam, havia o aprendizado com duração de um a quatro anos, que era mantido pela indústria junto as oficinas, durante o expediente de trabalho e sem prejuízo salarial. O Ministério do Trabalho, em portaria, definia quais eram as atividades profissionais cujo exercício

exigia a formação profissional. A seguir, inserimos duas fotos de alunos aprendizes durante o expediente de trabalho.



FIGURA 6: Aprendizagem Industrial: oficina mecânica
Fonte: CUNHA (2000, p.79).

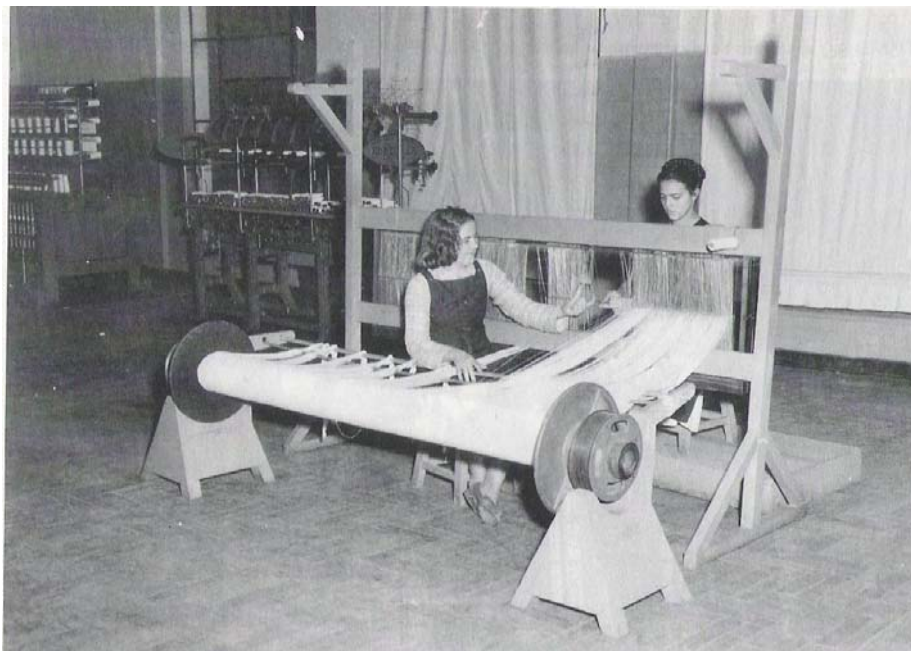


FIGURA 7: Curso de Aprendizagem Industrial, área têxtil
Fonte: CUNHA (2000, p. 80).

A Lei Orgânica Industrial nº 4.073 de 1942, no seu artigo 9º trata do primeiro ciclo do ensino industrial, com o seguinte texto:

Art. 9º O ensino industrial, no primeiro ciclo, compreenderá as seguintes modalidades de cursos ordinários, cada qual correspondente a uma das ordens de ensino mencionadas no § 1º do art. 6 desta lei:

1. Cursos industriais.
2. Cursos de mestria.
3. Cursos artesanais.
4. Cursos de aprendizagem.

§ 1º Os cursos industriais são destinados ao ensino, de modo completo, de um ofício cujo exercício requeira a mais longa formação profissional.

§ 2º Os cursos de mestria tem por finalidade dar aos diplomados em curso industrial a formação profissional necessária ao exercício da função de mestre.

§ 3º Os cursos artesanais destinam-se ao ensino de um ofício em período de duração reduzida.

§ 4º Os cursos de aprendizagem são destinados a ensinar, metodicamente aos aprendizes dos estabelecimentos industriais,

em período variável, e sob regime de horário reduzido, o seu ofício.

Além dos cursos básicos, a Lei Orgânica do Ensino Industrial trouxe, no seu segundo ciclo os ensinamentos técnicos e pedagógicos.

Art. 10. O ensino industrial, no segundo ciclo, compreenderá, em correspondência às ordens de ensino mencionadas no § 2º do art. 6 desta lei, as seguintes modalidades de cursos ordinários:

1. Cursos técnicos.
2. Cursos pedagógicos.

§ 1º Os cursos técnicos são destinados ao ensino de técnicas, próprias ao exercício de funções de caráter específico na indústria.

§ 2º Os cursos pedagógicos destinam-se à formação de pessoal docente e administrativo do ensino industrial.

Com tal artigo, os cursos técnicos passaram a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura. Tais cursos compreendiam as diferentes especialidades (mecânica, metalurgia, química, eletrotécnica, eletrônica e outras) e possuíam duração de três anos, podendo ser completado com mais um ano de estágio na indústria. Já o curso pedagógico, com a duração de um ano, realizado após o curso técnico, continha disciplinas didáticas para a formação do pessoal docente e administrativo do ensino industrial.

Podemos entender melhor tal estrutura com o seguinte esquema:

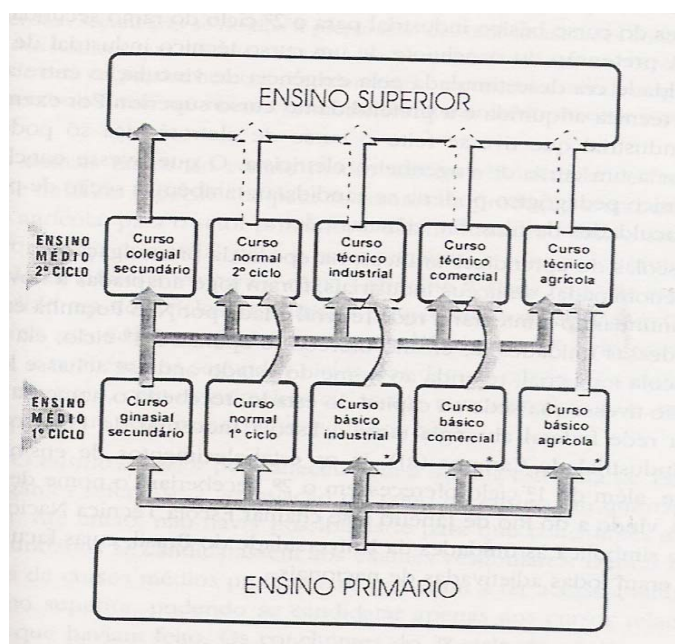


FIGURA 8: Articulação entre os níveis de ensino segundo as “Leis Orgânicas”

Fonte: CUNHA (2000, p. 39).

Com a estrutura acima demonstrada percebemos que o ensino primário era comum a todos. Após o ensino primário, podemos dividir a educação em duas vertentes. Uma vertente destinava-se a formar a elite dirigente. Outra vertente englobava o ensino profissional básico (industrial, comercial e agrícola). Tal distinção não significava a dicotomia manual e intelectual, pois a categoria intelectual estava presente tanto no ensino secundário, quanto no superior (segundo ciclo dos ramos profissionais). Era somente no primeiro ciclo do ensino industrial que estaria presente o estigma de uma educação para jovens de “classes menos favorecidas”.

Porém, quando compara-se o segundo ciclo dos ramos profissionais e o trabalho intelectual, aquele também sofria um estigma de ensino de segunda classe.

Mas, eram os cursos básicos industriais a grande preocupação do governo federal. Segundo dados do Ministério da Educação, em 19 anos após a Lei Orgânica Industrial, o número de escolas triplicou.

TABELA 3: Número de cursos básicos industriais e efetivo discente.

Discriminação	Número de cursos	Número de alunos
1942	97	10.791
1961	339	20.300

Fonte: MEC/SEEC, sinopses estatísticas do Ensino Industrial.

Observa-se que o setor público em muito investiu no ensino industrial: das 339 escolas existentes, em 1961, 316 eram públicas e 29 privadas. Mas, apesar do investimento, a simples existência das escolas não garantiu uma mudança significativa da formação da mão de obra para a indústria. Percebemos isto, inicialmente pela procura dos cursos básicos industriais: enquanto o número de escolas triplicou, o número de discentes simplesmente duplicou.

Cunha (2000), ainda salienta outros motivos, a saber:

- a rigidez da Lei Orgânica do Ensino Industrial impediu a adequação do mesmo as transformações industriais.

- grande burocracia, sendo que todas as decisões administrativas exigiam portarias do Ministro e/ou Secretário Estadual de Educação; os diretores das escolas federais eram nomeados pelo presidente da República e os estaduais pelos governadores.

- elevado índice de evasão, que tornava os cursos mais caros.

No entanto, ainda existia o ideal de eliminar qualquer traço de obstáculo a uma sociedade democrática. Com tal ideal, em 31 de março de 1950 surge a Lei nº 1076, a chamada “Lei de Equivalência”. Segundo tal norma, desativou-se o impedimento dos sujeitos que cursassem ensino profissionalizante dar continuidade aos estudos em nível superior. Assim, estava assegurado o direito de acesso ao segundo ciclo de ensino médio, curso secundário, aos egressos do curso básico industrial, agrícola ou industrial. Porém, era necessário que tais alunos fizessem “exames de complementação”, que eram exames de

disciplinas do curso ginásial, secundário, não vistas no primeiro ciclo do ensino industrial.

Além disso, tal lei determinava a equivalência dos certificados de conclusão dos cursos de ensino industrial de segundo ciclo aos do curso colegial secundário. Antes de tal lei, os concluintes do segundo ciclo do Ensino Industrial, somente podiam ingressar no ensino superior na mesma área do seu Ensino Industrial, ou seja na Engenharia. Utilizando o esquema anteriormente apresentado, teríamos a seguinte modificação:

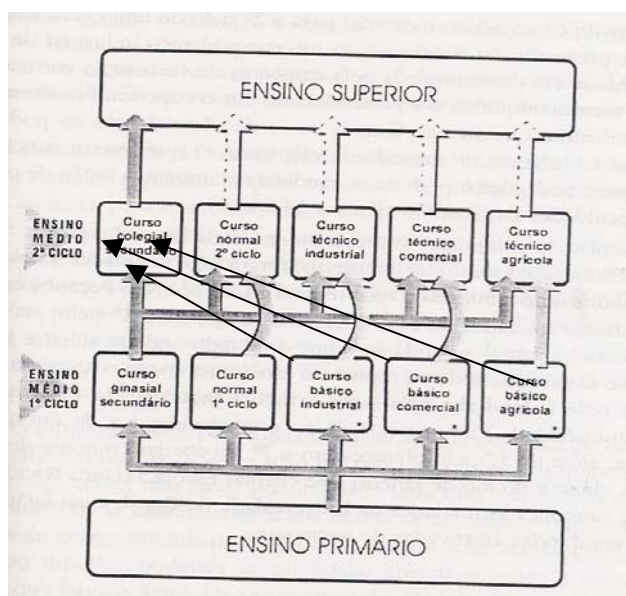


FIGURA 9: Articulação entre os níveis de ensino de acordo com a Lei nº 1076
Fonte: Adaptação feita pelo autor

Já no ano de 1953, a Lei nº 1821 permitiu que egressos do primeiro ciclo de Ensino Normal poderia ingressar no segundo ciclo do Ensino Industrial. Esquematizando, podemos apresentar a seguinte imagem:

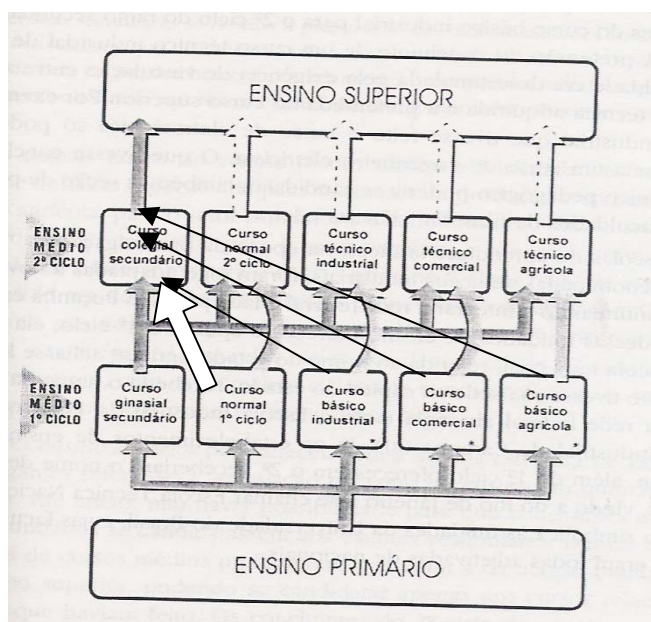


FIGURA 10: Articulação entre os níveis de ensino segundo a Lei nº 1821

Fonte: Adaptação feita pelo autor

Mas, a Lei nº 1821 foi regulamentada por um Decreto nº 34.330 de 21 de outubro de 1953 que retrocede a questão das equivalências, afirmando que os egressos dos cursos técnicos industriais, poderiam ser candidatos apenas aos cursos de Engenharia, Química e Desenho e aqueles que tivessem feito os cursos de Pedagogia do ramo industrial, poderiam ingressar na seção de Pedagogia. Segundo Cunha (2000, p.158):

Apesar dessa restrição ao disposto na lei, as condições estabelecidas pelo decreto ainda constituíam uma abertura diante do estipulado pelas portarias 38/46 e 14/52 que determinavam a vinculação necessária entre as especialidades do curso técnico industrial e do curso de engenharia. Assim, o técnico em eletrônica, por exemplo, somente poderia se candidatar ao curso de eletrônica na escola de engenharia, nem mesmo ao de eletricidade.

Verifica-se que com a equivalência dos cursos básicos industriais, tiveram que ganhar um conteúdo curricular mais generalista, banindo os exames de complementação e se transformando em um curso ginásial secundário, com orientações técnicas. Um grande avanço no que diz respeito ao Ensino Industrial foi a Lei nº 3552, de 16 de fevereiro de 1959 que exigiu que as escolas municipais, estaduais fossem regidas pela Lei do Ensino Industrial de

1942, caso contrário não teria seus diplomas registrados pelo Ministério da Educação.

Mas, além disto, a Lei do ano de 1959, vinha com o desejo de um Ensino Industrial básico generalista, perdendo o caráter técnico. Foi assim resolvido o problema da escolha profissional precoce, deixando que o curso de aprendizagem fosse o adequado à formação técnica. Atesta-se que segundo Cunha (2000) a vontade dos educadores liberais e administradores do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Mas, foi com o Decreto nº 50.492, de 25 de abril de 1961 que houve a mudança de nomenclatura, passando o Ensino Básico Industrial a ser denominado de Ginásio Industrial.

Quando da promulgação, em 1961, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 4024/61 houve um reforço da plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível, permitindo acesso ao ensino superior sem avaliações. Podemos caracterizar este momento com o seguinte esquema.

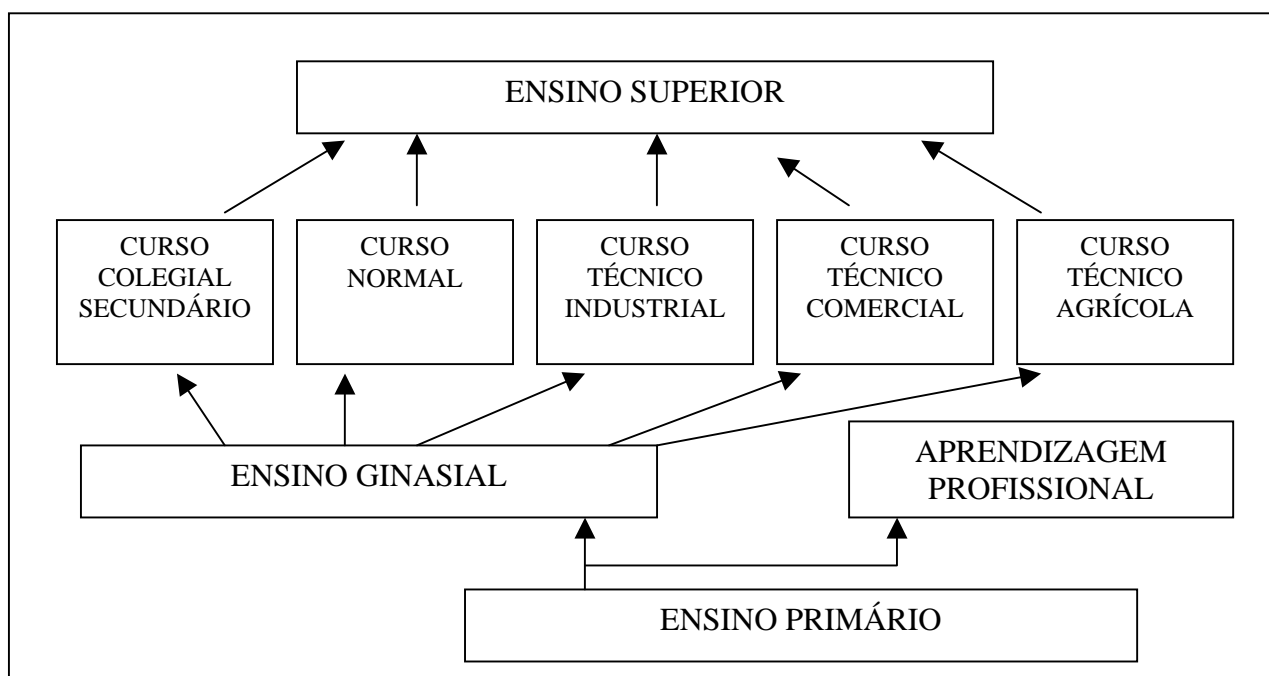


FIGURA 11: Articulação entre os níveis de ensino segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961
Fonte : CUNHA (2000, p.166).

Apesar da grade curricular dos ginásios industriais ser praticamente a mesma, eles tinham denominações diferentes: “modernos”, “orientados para o trabalho” e “polivalente”. Em tais cursos havia duas séries iniciais com disciplinas gerais e as destinadas a despertar aptidões vocacionais, sendo que dentre estas últimas damos destaque a:

- artes industriais: envolvendo o trabalho com materiais como madeira, cerâmica, artes gráficas, metal e eletricidade.
- técnica agrícola: que abrange o trabalho com madeira, metal, eletricidade, couro, corda e práticas de campo.
- prática comercial: envolvendo o trabalho com vendas.
- educação doméstica: englobando corte/costura, culinária, artesanato e puericultura (cuidado com crianças).

Já nos últimos anos continuava-se a questão das aptidões para que os alunos escolhessem cursos profissionais ou gerais.

Porém, os ginásios industriais deparavam-se com um obstáculo para a sua difusão: o número de técnicos qualificados. A fim de solucionar tal questão, em 1965 foi assinado um convênio entre o Ministro da Educação e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) a fim de qualificarem uma equipe de técnicos. O convênio foi firmado com os Estados Unidos da América, pois freqüentemente buscava-se uma legitimação na experiência americana para o ginásio industrial com o argumento que estes eram democráticos e poderiam ofertar iguais oportunidades, independentemente da condição econômica. Segundo Oliveira (2003, p. 36)

Os acordos MEC-USAID visavam dar assistência técnica, assessorar pedagogicamente a educação e, principalmente, promover a doutrinação ideológica, cimentada na idéia de que a educação seria capaz de integrar o país, no campo do capitalismo central.

Nos anos de 1966 a 1970, surgiu o programa estratégico de desenvolvimento que reforçava a idéia do ginásio industrial como ensino médio.

A extinção gradativa do ensino técnico de primeiro ciclo e a coexistência apenas temporária de várias áreas técnicas, em cursos diferenciados, num mesmo estabelecimento, completam o arcabouço para o ginásio orientado para o trabalho. A tônica do novo sistema consiste em manter, nos currículos, as disciplinas tradicionais indispensáveis à formação intelectual e em incorporar matérias de caráter vocacional (BRASIL, 1969).

Mas, o Ginásio Industrial não prosperou. Havia a falta de uma política clara em relação a educação profissionalizante, com um grande abismo entre o que se propunha e o que efetivamente se realizava. Sobre o assunto salienta Saviani

O segundo grau tem ficado espremido entre o primeiro e o terceiro. E parece-me que há um movimento pendular nas discussões sobre esse grau de ensino: ora ele é concebido como ensino propedêutico, preparatório ao ensino superior, o que supõe uma continuidade e, nesse sentido, o segundo grau aproxima-se do modelo do primeiro grau; ora é pensado como ensino profissionalizante, recebendo uma função terminal, o que o aproxima do ensino superior, ao qual caberia a formação profissional. Esse é o nó que precisa ser desfeito.(SAVIANI, 1986, p. 23).

Porém, tal nó nunca foi desfeito. Segundo Cunha (2000), havia uma inadequação social, pois o objetivo de democratizar foi fracassado, permanecendo alunos de classe média alta. Além disto havia um problema pedagógico pois a iniciação para o trabalho não estava adequada as condições do mercado de trabalho da época, pois primava-se pelo ensino com ferramentas simples, artesanais, enquanto o mercado exigia artes mais sofisticadas, industriais.

CAPÍTULO 4 - A PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa se desenvolveu numa abordagem qualitativa. Para Bogdan (1994), a pesquisa qualitativa focaliza a interpretação e não a quantificação, em geral, a pesquisa qualitativa opera menos com hipóteses e mais com questões amplas de pesquisa. O caráter é mais de exploração e menos de provas de hipóteses. Diz-se que a pesquisa qualitativa opera preferencialmente no contexto da descoberta.

Em outras palavras, optamos pelo método qualitativo pois este

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis. (MINAYO, 1998, p. 21-22).

As técnicas de pesquisa utilizadas foram as documentais e entrevistas, onde os dados qualitativos foram analisados a partir das categorias analíticas como: aspectos gestão, currículo, docência e alunado.

Considerando nossos objetivos, o trabalho foi desenvolvido em várias fases. Uma primeira de caráter exploratório, apoiando-se em revisão de trabalhos científicos, periódicos e bibliográficos, análise de documentos, arquivo-permanente das instituições de ensino, acervos públicos e particulares especializados sobre o assunto na década de 50 a 70, além do Museu e Biblioteca Municipal de Presidente Prudente. Verificou-se, assim, a importância das informações contidas em documentos, instrumentos legais e fotografias, observando sempre a estrutura sócio-econômica e cultural da época.

Além disso, a presente dissertação foi elaborada considerando documentos do colégio/ginásio industrial estadual de Presidente Prudente, arquivo-permanente, jornais, periódicos, entrevistas com ex-alunos, ex-professores, secretária e diretor da escola e também fotografias. Porém, a complementação dos dados com os recursos de imagens se fez necessário para uma maior compreensão do trabalho e pelas fontes bibliográficas serem bastante

restritas. A utilização desse recurso foi viabilizada considerando a insuficiência de textos e documentos sobre o tema proposto.

Podemos também justificar o uso da iconografia, o estudo através das imagens, dando destaque na presente pesquisa a fotografia através da citação de Nascimento, que afirma:

Fotografias e filmagens também são formas de registro de informações em qualquer pesquisa mas de maneira especial na qualitativa. O registro visual possibilita a ampliação do conhecimento da realidade pesquisada, ilustrando de forma significativa o cotidiano dos grupos das situações vivenciadas (NASCIMENTO, 2002, p.95).

Em um segundo momento, foi feito um mapeamento do ensino industrial da cidade de Presidente Prudente identificando como era planejado o ensino industrial estadual Prudentino, a fim de entendermos melhor esta realidade educacional. Nesta segunda etapa, fizemos entrevistas do tipo semi-estruturada com o diretor da escola industrial estadual, na época, alguns professores e alunos da mesma escola industrial estadual, em Presidente Prudente. As pessoas que foram entrevistadas eram localizadas através de arquivo permanente, jornais da época e apresentação por indicação de colegas docentes e diretor de escola.

Ao se estudar o ensino profissionalizante de Presidente Prudente nas décadas de 50 a 70 entrevistamos sujeitos determinados, a saber: alunos, professores e diretores pois o interesse foi direcionado aos processos e produtos elaborados pelo pesquisador que, segundo Triviños (1987, p. 138) “averigua as percepções do sujeito”.

E, como etapa final, buscamos analisar e discutir o impacto social e econômico que o ensino industrial estadual causou na região de Presidente Prudente, através da formação de atores sociais.

Este recorte histórico permitirá entender melhor uma educação profissionalizante que gerou um significado social, cultural e econômico que permanece na lembrança dos que viveram neste período, suscitando curiosidades e questionamentos, como as políticas públicas educacionais da época interferiram na preparação de mão-de-obra técnica e profissional empreendedora, de que maneira a proposta pedagógica, o currículo, a

concepção de ensino-aprendizagem atendia as expectativas de formação de alunos para atuarem no mercado de trabalho e quais são as representações de alunos, professores e diretores em relação ao ensino profissionalizante da cidade de Presidente Prudente, no período de 1950 a 1970.

A fim de responder tais questionamentos primeiramente, visitamos o Museu e Arquivo Histórico Municipal de Presidente Prudente, onde entrevistamos o historiador Sr. Ronaldo Antônio Barbosa Macedo.

Num segundo momento fomos ao Centro Integrado de Informação Dr. Pedro Furquim e a Diretoria de Ensino de Presidente Prudente, no setor de vida acadêmica, onde infelizmente não encontramos nenhuma informação sobre o ensino profissionalizante.

Posteriormente, tivemos acesso ao cadastro dos sujeitos envolvidos na Escola Industrial através do arquivo permanente localizado, atualmente, no E. E. P. G. Professor Adolpho Arruda Mello, na cidade de Presidente Prudente.

A partir dos arquivos consultados, foram escolhidos para a entrevista alguns alunos que participaram do Ensino Industrial no período cronológico pesquisado nesta dissertação. Identificamos, também, o nome do diretor da escola industrial, Senhor Ari Alves de Oliveira e o de sua secretária Senhora Maria Salete Zaffalon. Naquele momento não identificamos o nome dos docentes. Porém, a partir do contato com o diretor da escola na época, Sr. Ari Alves de Oliveira, tais nomes viriam à tona. O contato com os professores seria fundamental, pois questionaríamos não só as categorias de análise, mas também as dificuldades cotidianas.

Segundo Portelli (1996), as entrevistas devem ser tomadas como fontes para compreensão do passado. Isso torna o estudo mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações atuais e a compreensão das experiências vividas por outros em determinada época.

Buscando a entrevista como técnica de pesquisa, optamos pelas semi-estruturadas que foram agendadas previamente e realizadas na residência ou empresa dos entrevistados. Foram gravadas, transcritas literalmente e submetidas aos procedimentos de análise, interpretação e compreensão pelo método qualitativo.

Percebe-se que durante o período da coleta de dados procuramos obter o máximo de informações possíveis sobre a escola industrial. Buscamos as mais diversas fontes para que tivéssemos informações vindas de diferentes visões, sem ter êxito quanto à quantidade de informações. De posse desses dados, demos continuidade a esse trabalho descrevendo as entrevistas de diretores, alunos, professores e secretária expondo os dados documentais.

Para melhor analisar os dados da pesquisa e realizar a recuperação histórica das concepções e práticas pedagógicas que marcaram o desenvolvimento da educação profissionalizante em Presidente Prudente nas décadas de 50 a 70 e sua importância para a sociedade como formação de atores sociais, foram definidas as seguintes categorias de análise: gestão, currículo, docência e alunado.

Para que possamos fazer a análise dos dados coletados, é necessário, inicialmente, termos uma maior compreensão da realidade de gestão da época analisada. Para tanto, dedicaremos as próximas linhas a tecer tais comentários.

Segundo Kisil (1998), na década de 50 existiam dois tipos de gestão: a Tradicional e a Racional–Burocrática. Na primeira, a Tradicional, o que prevalecia era a centralização, onde só o diretor tinha o poder de decisão, mas nem por isso deixava de ser uma gestão afetuosa, assistencialista, onde as relações pessoais, dentro da escola, eram sempre em clima de diálogo, compreensão, amizade. O poder era mais intuitivo do que baseado em regras ou normas. Já no modelo Racional-Burocrático, sua característica é a existência da informação, unilateral e não da comunicação, multilateral. Diferente do modelo tradicional, neste modelo o relacionamento com os funcionários é frio e rígido, o líder prioriza somente a dimensão econômica esquecendo dos aspectos sociais e afetivos.

A partir da década de 60, com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e da produção, a gestão escolar também mudou, agora com uma proposta mais democrática, descentralizada e participativa. Com a industrialização, o processo produtivo adquiriu uma nova estrutura, inaugurando uma fase onde não há uma dissociação entre o trabalho intelectual e o manual.

Segundo Barroso (2000), nesta década de 60 predominavam os princípios da autonomia na gestão escolar para uma educação eficiente e de

qualidade são: legitimidade, participação, liderança, qualificação, flexibilidade. A gestão escolar ao responder às demandas do mundo do trabalho e da vida social dividindo o trabalho pedagógico; especializando funções, incumbindo os professores de um planejamento racional do trabalho educacional, os quais devem pensar, programar e supervisionar os programas preestabelecidos.

Já na década de 1970, os sistemas de ensino viveram no processo de centralização administrativa, apesar da proteção da lei nº 5.692/71, que mencionava sobre a autonomia da escola e a descentralização administrativa no âmbito da educação. Essas mudanças nos fazem refletir sobre processo de socialização dos indivíduos, nos questionando como será a preparação para enfrentar um relacionamento pessoal e profissional. Sendo assim, de acordo Sander (1995), o papel do gestor não pode ser apenas o profissional preocupado única e exclusivamente com a ordem, as disciplinas, os horários e toda a parte burocrática, mas deve ser também o de gestor educacional, ou seja, um líder intelectual que auxiliado por seus assessores coordena o processo ensino-aprendizagem.

Tudo isso nos leva a crer, segundo Barbier (1996), que deixamos para trás a tradição centralizadora e atingimos, hoje, uma identidade com valores locais, valorizando não só a escola mas a comunidade em que está inserida, traduzimos a escola com um instituição social apegada a regras sim mas consciente de seu papel na criação e transmissão de saberes, na socialização dos futuros cidadãos, no desenvolvimento de competências profissionais.

Atualmente, cabe ao gestor escolar competente, promover a criação e a sustentação de um ambiente propício à participação plena de profissionais, alunos e seus pais, no processo de socialização, uma vez que é por essa participação que seus membros desenvolvem consciência social crítica e sentido de cidadania.

Como a escola está mais próxima da realidade dos alunos, permitindo maior conhecimento das necessidades e especificidades destes educandos, o processo de decisão coletiva possibilita maior envolvimento dos diferentes atores na definição dos rumos e da realização de seus propósitos educativos, o que assegura mais comprometimento de todos.

Para Wander (1992), a gestão escolar é uma dimensão, um enfoque de atuação, um meio e não um fim em si mesmo, uma vez que seu objetivo final é o aprendizado dos alunos, de modo que, no cotidiano que vivenciam na escola, desenvolvam as competências que a sociedade demanda. Sendo assim, o processo de gestão escolar deve estar voltado para garantir que os alunos aprendam sobre o seu mundo e sobre si mesmo e a relação entre ambos, adquirindo conhecimentos úteis e aprendendo a trabalhar com informações complexas e contraditórias da realidade social, econômica, política e científica, como condição para o exercício da cidadania responsável.

4.1 A Descrição dos Resultados da Pesquisa de Campo Segundo as Categorias de Análise Propostas

4.1.1. Categoria Gestão:

Baseando-se na categoria de gestão, apresentaremos o resgate da memória da escola industrial de Presidente Prudente:

Pelo seu diretor, Professor Ari Alves de Oliveira.

“Nas décadas de 60 a 65 existia o ensino profissional livre fiscalizado pelo departamento de ensino profissional. Nesta época só poderiam funcionar cursos de datilografia, corte costura, contabilidade bancária ou comercial com a devida autorização do departamento de ensino técnico (hoje autorizado pelo MEC). Esse departamento de ensino técnico a pedido de vários prefeitos da região e com a falta de mão-de-obra qualificada criou o departamento de ensino técnico subordinado à Secretaria de Educação, mas que tinha uma determinada autonomia resolveu instalar a pedido de vários prefeitos da região e algumas cidades, as escolas artesanais.

Os equipamentos e os professores eram fornecidos pelo departamento de ensino técnico e a parte física e o terreno foram doados pelo prefeito da cidade, na época, Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, que inaugurou a dita escola em 14 de Setembro de 1951, em um prédio situado a rua Pedro de Oliveira Costa, no bairro do Bosque, onde anteriormente funcionava uma tecelagem, sendo hoje a Companhia Prudentina de Desenvolvimento (Prudenco).

Nesta escola artesanal, funcionavam dois cursos: economia doméstica e mecânica geral com duração de dois anos cada, com a seguinte grade curricular: Cultura Geral englobando as matérias: português, matemática e ciências; já na Cultura Técnica, as disciplinas eram: tecnologia, mecânica teórica, desenho técnico mecânico, prática de oficina. Para as meninas eram oferecidas as disciplinas de: bordados, lavagem e engomagem de roupas, corte e costura, educação para o lar, puericultura (noções para se cuidar de crianças recém nascidas).

Os alunos formados por esses dois cursos não tinham direito de freqüentar a 3ª série do ensino ginásial (era uma formação apenas voltada a qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho), anos depois a Secretaria da Educação resolveu autorizar esses alunos formados pela escola artesanal a freqüentarem a 3ª série ginásial na mesma escola artesanal que por decreto do governo foi transformada em Ginásio Industrial.

Durante alguns anos a diretoria, através de Professor Ari Alves de Oliveira, tentou construir um prédio para Colégio Técnico. Acontece, porém que naquela época, década de 50 e 60, o governo do Estado não construía edifícios escolares de ensino técnico e depois de mais alguns anos e várias tentativas, a diretoria conseguiu, junto ao prefeito Walter Leme Soares, que solicitasse junto ao governo verba especial para a construção da escola técnica, assim deu-se o início da construção. Depois de dois anos na gestão do prefeito Paulo Constantino, mudamos para o prédio novo, onde foi criado pelo governo como escola técnica (cursos técnicos), essa escola teve como patrono o Sr. Domingos Leonardo Cerávolo. A escola técnica mantinha os seguintes cursos com duração de três anos (atual colegial): mecânica geral, edificações e contabilidade.

Em 1981, as escolas industriais foram extintas e todo o maquinário existente nas escolas foram distribuídos para as prefeituras da região. Dos 93 alunos existentes na escola, 80 % eram de origem japonesa”.

Ainda pela visão do Professor Ari Alves de Oliveira :

Sobre a escola: “a escola dava a seus alunos e alunas não só o ensino cognitivo, técnico, mas também a rigidez de comportamento, haja vista as fisionomias das alunas e alunos nas fotos, nunca com um sorriso no rosto que

poderia significar brincadeiras e até mesmo pouco caso de alguém ou de alguma situação. Em um momento dos estudos aprendíamos a moral e cívica, com alguns ensinamentos não só para vida profissional, mas também para nossa vida pessoal, nos preparando para o mercado de trabalho e para nos tornarmos verdadeiros cidadãos”.

Sobre os alunos: “os alunos daquela época em que trabalhei na escola artesanal e industrial de 1950 a 1981, eram de classe média baixa, que em geral, precisavam daquela formação para se sustentar ou até mesmo sustentarem suas famílias. Com a conclusão do curso, com disciplinas como: mecânico geral, torneiro mecânico, frezador, plainador, serviço de ajustador de peças a mão, educação do lar etc, os alunos estariam aptos a exercerem as mais diversas profissões. Lembro-me de um aluno Flávio, mas não me recordo o sobrenome foi trabalhar, indicado por mim, na fábrica da Fiat, em Betim, e me disse ao voltar que aquela escola tinha sido tudo na vida dele e de sua família, que se hoje ele é um profissional competente e capaz de estar onde está com consciente de seu papel na sociedade como cidadão devia tudo ao tempo que esteve na escola industrial. Também indiquei alguns alunos para a Telesp em Presidente Prudente e a Ford em São Paulo”.

Sobre os professores: “havia professores muito bons, competentes com vários cursos de especialização feitos pela Fafi (atualmente Unesp) que tinham uma preocupação com o conteúdo teórico a ser dado, o conteúdo prático, com uma visão de mercado de trabalho e também com um lado ético e moral muito forte. Para ser professor naquela instituição era essencial ter sua formação ter sido pelo próprio ensino industrial além de obrigatório o registro do MEC”.

Pela Senhora Maria Salete Zaffalon.

“Tenho curso superior completo de Pedagogia. Iniciei como escriturária efetiva e consegui depois de um tempo, por ser a única efetiva, que criassem o cargo de secretária. Atuei como secretária administrativa de 1968 até 1981, adoro organizar e trabalhar na área administrativa procuro me informar sempre e me interar das coisas. Gostava muito do que fazia, sou apaixonada pelo que faço até hoje”.

Sobre a escola: “na escola se aprendia de tudo, além das disciplinas curriculares de conteúdo básico ou educação especial como economia doméstica, mecânica, marcenaria, desenho técnico, passava-se aos alunos também alguns princípios básicos de cidadania, ética. A escola não era grande permitindo assim um controle e dedicação maior, havia um espírito enorme de cooperação e comprometimento de todos ali dentro. O professor Ari era um diretor exemplar, juntamente com sua esposa Dona Regina faziam um trabalho excelente. Era um casal coeso, tenho por eles um carinho muito grande, trabalhavam visando sempre o melhor a todos, iam a São Paulo atrás de verba para as reformas e melhorias da escola. Organizavam os desfiles de 7 de Setembro e de 14 de Setembro, aniversário da cidade de Presidente Prudente, de uma maneira brilhante, perfeita, eram maravilhosos”.

Sobre os alunos: “Tinham condição de assumir qualquer carreira, a escola lhes dava uma oportunidade enorme, havia poucas escolas com esse perfil. Era o início do caminho para uma carreira promissora. Na época do ginásio eles tinham condição de acompanhamento profissional. Podia observar que naquela época havia praticamente o mesmo número de alunos e alunas, a diferença era que as meninas vinham de uma classe social baixa e tinham interesse em costurar, aprender a cozinhar, receber e servir um jantar, era primordial que uma moça soubesse bordar, costurar, fazia parte do currículo feminino. Já os meninos pareciam pertencer a uma classe social mais abastada economicamente. Lembro-me bem de alguns alunos de família tradicional da cidade como os Lemes, Tannus, Botigelli, Cepeda”.

Sobre os professores: “todos eles tinham curso superior, eram muito bem preparados para assumirem as disciplinas, mas ainda notávamos uma preocupação com algo mais, não só com o ensino cognitivo como também com uma formação mais completa aos alunos. Em alguns casos o professor havia estudado no próprio colégio, posso citar o exemplo do Renato Silva, que após alguns anos voltou à escola como professor”.

4.1.2 Categoria docência

Baseando-se na categoria de docência, apresentaremos o resgate da memória da escola industrial de Presidente Prudente:

Pela Senhora Vilma Pereira Martins Zanin:

“Tenho curso superior completo em Pedagogia, Educação Artística Desenho e Plástica e mestrado em Educação. Atuei como professora de Desenho de 1967 até 1980 em três períodos. Lecionava no curso de Conteúdo Geral, na disciplina de Desenho Geométrico. Grande parte dos discentes era de classe com baixa renda, mas também haviam alunos, claro que na minoria, com um poder aquisitivo elevado. Lembro-me dos filhos do prefeito na época, dos filhos da família Botigelli dentre outros, esses alunos estavam estudando lá por conta do ensino de qualidade e também pela seriedade e rigidez do colégio.

O colégio ensinava um ofício, a maior parte dos alunos precisava de um colégio que lhes dessem condições para serem incluídos no mercado de trabalho, as disciplinas eram voltadas a orientar os alunos, não só na parte cognitiva, profissional, mas também na parte humana com aulas teóricas e práticas. Os docentes eram muito comprometidos com o ensino e a aprendizagem, alguns tinham curso superior. A organização do colégio era coerente com que se propunha, a grade curricular adequada ao ensino da época e principalmente atenta a realidade local.

Acredito, ter o ensino profissionalizante influenciado de forma indireta os alunos para um pensamento empreendedor e cooperativo.

Pude observar, que naquele momento nascia e se desenvolvia esse espírito, os alunos eram cooperativos quando nas aulas práticas reuníamos em grupos e a relação entre eles era de ajuda mútua com o interesse em contribuir eficazmente para o sucesso do trabalho. Havia sempre uma autonomia dos componentes do grupo, mas também havia o líder no grupo. Outro ponto importante de lembrar é que o colégio tinha um interesse em desenvolver a comunidade em que estava inserida.

Lembro-me bem da preocupação dos alunos com o material enviado pelo Estado para nossas aulas práticas, o manuseio de todo aquele

material de trabalho era feito com muita consciência pois iria fortalecendo nosso desenvolvimento.

Os alunos eram empreendedores quando mencionavam a vontade de abrirem seus próprios negócios, ou dar continuidade a empresa do pai, perpetuando a empresa familiar, a partir do conhecimento e da experiência adquirida no colégio industrial. Posso citar alguns alunos como: Renato Silva, proprietário da empresa de som Staner, o Walter Lemes proprietário da empresa de ônibus Andorinha, Laurindo Botigelli, dono da empresa Liane, de material de construção madeireira, e bolachas, Jose Carlos dono da refrigeração, Refrisson e outros tantos.

Acredito que a não continuidade do colégio deveu-se a interesse políticos da época e talvez da ausência de uma política pública eficiente e consistente para nossa região”.

Pelo Senhor Nestor Martin Zanin

“Tenho curso superior completo de Educação Física e Pedagogia. Ingressei no Colégio Industrial em 1966 saí em meados de 1980. Atuei nos cursos de Mecânica de Máquina e Ajustagem Mecânica, nas disciplinas de: marcenaria, mecânica, eletricidade e desenho técnico. Os discentes da época eram de uma classe social menos favorecida e necessitavam trabalhar, por isso o grande interesse pelo curso, pois além de ser de mais rápido, formávamos para o mercado de trabalho.

Os docentes da época tinham formação bem diversificada, alguns haviam estudado lá mesmo, no colégio industrial. Lembro-me de um aluno chamado Renato, hoje dono da Stanner, ele foi nosso aluno e tempos depois tornou-se professor, e de um outro colega nosso, também professor o José Moreno. No meu caso, na época em que ingressei tinha terminado o ensino médio e feito o curso de mestría, mais tarde fui fazer graduação.

A organização do colégio, de um modo geral, era muito bem estruturada, havia a direção, a coordenação, reuniões pedagógicas onde todos podiam opinar e não faltava material didático-pedagógico. Havia uma integração entre a teoria e a prática, tornando os cursos mais dinâmicos, interessantes e motivadores não só para os alunos como também aos professores.

Com a industrialização fez necessária a adequação de alguns cursos e disciplinas, pois a preparação para o mercado de trabalho era um dos objetivos e uma das condições primordiais para o crescimento e desenvolvimento do colégio.

Não vejo uma relação direta entre o empreendedor, o cooperativismo e o colégio industrial, mas se formos analisar, a relação existe no momento em que identificamos a vontade de alguns alunos em perpetuar a empresa de seus familiares, em serem líderes na área em que iriam atuar e pela relação de companheirismo, cooperação e interesse pelo outro, com uma visão crítica de seu papel na comunidade em que vive. Via nos alunos a vontade de ser o melhor, em se destacar na tarefa que realizava.

Acredito que se tivesse havido um interesse, por parte dos governantes de nossa região na época, a escola hoje seria muito bem sucedida, por isso penso na importância de uma política pública educacional. Vemos em nossa região inúmeras escolas técnicas e cursos profissionalizantes que surgiram a partir do embrião que foi o ginásio industrial. Até hoje tenho muito orgulho de ter feito parte desta história na cidade de Presidente Prudente”.

4.1.3. Categoria alunado.

Baseando-se na categoria alunado, apresentaremos o resgate da memória da escola industrial de Presidente Prudente:

Pelo Sr. José Carlos Lima da Refrisson.

“Ingressei no Colégio por volta de 1960 e saí 1964. Estudei quando se chamava Escola Artesanal.

No 1º ano fiz o curso de ajustador mecânico, onde as peças eram feitas à mão, sem auxílio de máquina alguma. Já no 2º ano fiz o curso de torneiro mecânico e nos anos posteriores, 3º e 4º o curso de desenho mecânico (ministrado pelo Professor Ari Alves de Oliveira.) Vale lembrar que esses 4 anos correspondiam ao antigo ginásio).

As aulas eram teóricas e práticas, havia uma espécie de revezamento, em uma semana era dada toda a teoria, debruçávamos sobre

inúmeros escritos, livros para podermos, na semana seguinte, com todo o conhecimento adquirido, desenvolver peças manualmente.

Após terminar os cursos e deixar o colégio, precisei fazer a 3ª e 4ª séries do ginásio, pois o colégio artesanal normalmente não dava direcionamento profissional ou não dava muita matéria, precisava complementar o currículo.

Lembro de alguns colegas da época que freqüentavam o colégio junto comigo, o Silvinho da Oficina São Paulo e o João Paulo da Retífica Aurora e o Wilson Poncine da Cooperativa do Vale do Paranapanema. (Vitório Esper) e também me lembro do Professor Ari Alves de Oliveira, no colégio só havia docentes homens, não havia mulheres ministrando disciplinas, até a data que freqüentei.

Outro colega de escola era o Ângelo que foi para São Paulo após terminar o curso trabalhar desenhista mecânico, ganhando muito bem e disse que aquela escola tinha sido sua salvação, pois era de família humilde e teria que aproveitar aquela oportunidade, de estudar em uma escola de qualidade e que lhe desse uma profissão.

Outros colegas como o Wilson Poncine da Cooperativa do Vale do Paranapanema.(Vitório Esper) que também fizeram o curso de desenho mecânico e abriram uma cooperativa, a Cooperativa de Leite (laticínio) do Vale do Paranapanema. Depois de um certo tempo a escola passou a se chamar Ginásio Industrial, aí sim tinha o status de ginásio, foi considerado o mesmo curso de um colégio ginásio, com o aluno saindo com a profissão de mecânico.

Depois fiz o curso de Técnico em Contabilidade no Joaquim Murtinho.

Todos os meus colegas e acho que a grande maioria dos alunos era de classe média baixo, não tinha condição de pagar uma escola particular e todos necessitavam terminar logo o curso para serem encaminhados ao mercado de trabalho, para prover o próprio sustento ou até mesmo sustentarem suas famílias.

Eu enquanto ainda estava estudando, comecei a trabalhar na oficina do meu pai que se chamava R. Nonato Lima, fundada em 1959. Após me formar, com muito mais conhecimento e competência, continuei meu trabalho,

agora com muito mais responsabilidade e entusiasmo. Em, 1972 a oficina passou a se chamar Refrisson, nome que cultiva até os dias atuais.

A escola artesanal não valia como um ginásio, pois não haviam todas as disciplinas do ginásio, (comparando como I.E. Fernando Costa) isso só passou a acontecer quando mudou de nome para Ginásio Industrial. As aulas ministradas eram muito mais práticas que teóricas”.

Pelo Senhor Ângelo Sylvio Carro.

“Fiz o curso de Ajustagem Mecânica em 1959, quando a escola ainda se chamava Escola Artesanal. Os quatro anos que estudei foram divididos em:

1ª e 2ª Séries de Cultura Geral e 1ª e 2ª Séries de Cultura Técnica.

O ensino era muito bom, rigoroso. As aulas eram dadas na teoria mas em alguns dias tínhamos aula práticas. Também tive a oportunidade de fazer o curso de torneiro mecânico, onde nas aulas práticas também manuseávamos os tornos.

Lembro-me bem dos professores em especial do professor João Arinos que nos dava aula de oficina mecânica e de alguns colegas de classe como o Paulo Sacotani, que hoje em dia, faz tambores, uma espécie de bumbo, muito usados nas festas da colônia Japonesa, aqui em Presidente Prudente e região.

Todo os curso que fiz nesta escola foram bem proveitosos e me lembro bem de tudo, até hoje tenho meu caderno e minha caderneta. O caderno tem informações sobre:

- ferramentas, utensílios, instrumentos.
- conhecimentos práticos sobre materiais.
- fundição de ferro, cobre, chumbo.
- funcionamento das máquinas de furar, esmeril.
- Propriedades e a classificação de combustíveis e lubrificantes.
- Sistemas e unidades de medidas.
- Elementos de união e fixação
- Forjador.

Como você pode verificar o conteúdo era bem extenso e bem puxado, se você reparar quase em todas as aulas o professor dava um visto nos cadernos e no meu sempre vinha escrito para ter cuidado com a margem e ter mais atenção. A Caderneta era uma espécie de comprovante de comparecimento às aulas, diariamente carimbavam-na (compareceu, faltou), dependendo do número de faltas o responsável era chamado a comparecer na escola. Nas páginas subseqüentes havia, além dos dados pessoais do aluno, as notas e os totais mensais, bem como o horário das aulas com a discriminação de aulas práticas e teóricas”.

4.1.4. Categoria currículo

Os cursos da escola industrial possuíam uma grade curricular composta por uma educação geral e outra profissionalizante que visava propiciar um conjunto de conhecimentos utilizáveis e técnicos necessários ao exercício da profissão. Além disto, havia o estágio que tornava o curso não apenas teórico, mas prático.

Pela figura abaixo percebemos as disciplinas de um curso técnico em economia doméstica, o que reforça o dito acima

Escolaridade anterior que permitiu a matrícula no 2.º Grau			
Ginásio Industrial Est. de P. Prudente			
Intitulativo da Habilitação			
TÉCNICO EM ECONOMIA DOMÉSTICA			
		N.º de Horas	
E D U C A Ç Ã O G E R A L	NÚCLEO COMUM RES. CFE 8-71	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	324
		Inglês	72
		História	72
		Geografia	72
		O. S. P. B.	72
		Matemática	252
		Ciências Físicas e Biológicas	180
		Desenho	72
		Educação Moral e Cívica	72
		Educação Artística	72
Programa de Saúde	36		
Total de horas de Educação Geral		1.296	
F O R M A Ç Ã O E S P E C I A L	MÍNIMO PROFISSIONALIZANTE PARECER CFE 14-71 NÚCLEO COMUM INSTITUCIONALIZADO	Artes Aplicadas	324
		Decoração	72
		Vestuário e Têxteis	324
		Administração do Lar	144
		Planejamento das atividades Profissionais	72
		Nutrição e Dietética	72
		Técnica Dietética e Arte culinária	180
		Higiene e Saúde Pública	72
		Puericultura	72
		Enfermagem e Socorros de urgência	72
Química Aplicada	72		
Total de horas do Mínimo Profissionalizante		1.476	
Carga Horária Total		3.096	
Estágio Supervisionado		120	

Diploma expedido conforme termo n.º - - - - -
lavrado à página n.º - - - - - do livro
n.º 01 de 02 / 01 / 1978

Ari Alves de Oliveira - Diretor
Maria Saete Zafalon - Secretária

Espaço reservado ao órgão da Secretaria

DIVISÃO - GUNIA DE ENSINO DE PRESIDENTE PRUDENTE
DELEGACIA DE ENSINO DE PRES. PRUDENTE
DECLARA A AUTENTICIDADE DESTA TÍTULO
E A REGULAÇÃO DE VIDA
ESCOLAR DO DIPLOMADO.
PRES. PRUDENTE, 10 DE MARÇO DE 1978

PROF. SAMUEL BROUHI
DELEGADO DE ENSINO
R.G. 146.673 - C.D. 1300008

Espaço reservado ao órgão do MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Delegacia Regional de São Paulo - DR-5
REPRESENTAÇÃO EM PRESIDENTE PRUDENTE - SP
Este diploma foi registrado sob n.º 2640-SP3
fls. 14 do livro n.º 11-SP3, nos termos do
art. 16 parágrafo único da Lei n.º 5.692/71.
Registrado por *Syllabete*
Pres. Prudente, 13 de abril de 1978

Escola: *Colégio Santa Letícia*
Endereço: *Av. ...*

Espaço reservado ao órgão de Fiscalização

TABELÃO DE NOTAS
FONE: (011) 222-8700 / 221-8072 - Pres. Prudente - SP

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica, extraída nestas
datas, a qual confere com o original, do que dou fé.

11 DEZ 1978

R.º FÁBIO HENRIQUE FIORI
R.º JULIO CESAR SALES
ALESSANDRA C. GOMES SILVA
ANA PAULA G. ALIAS COSTA
SALVINA GOMES GREGÓRIO

Exp.ºs
Apostilados

APOSTILA

completada a carga horária de Educação Física
com um total de 324 horas.

Pres. Prudente, 02 / 01 / 1978
Ari Alves de Oliveira
DIRETOR EFETIVO
R.º 1.124.619

FIGURA 12: Carga horária de curso técnico em economia doméstica

Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira

Abaixo colocamos o certificado de conclusão do ginásio industrial estadual



FIGURA 13: Certificado de conclusão do ginásio industrial

Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira

4.1.5. A visão do historiador

O historiador, como membro da comunidade, ajudou a recuperar dados com sua visão sobre a trajetória do ensino industrial no município de Presidente Prudente.

Não há registros sobre o ensino ou a escola industrial em Presidente Prudente. O que se sabe da história é que o desbravamento desta área foi feita pelo Cel Goulart e o Cel Marcondes. O último era mais político interessado apenas em povoar a cidade e o Goulart já possuía uma visão mais educativa. Como no senso de 30 existiam 1800 crianças houve a necessidade da fundação da 1ª escola na cidade.

Com relação ao ensino industrial as indústrias mais importantes eram: a Matarazzo e a Caiuá que levava energia para a cidade, o cinema, maquinários, etc, mas os industriais não se importavam com a qualificação da mão-de-obra já que o serviço era simples, apenas o manuseio de máquinas. Daí a falta de interesse pela instalação de escolas industriais, na época. A educação na época era subordinada a cidade de Assis, em 1934 criou-se a Delegacia de Ensino em Presidente Prudente.

Sendo assim, não há registros sobre a implantação da escola industrial na cidade de Presidente Prudente.

4.2 A Descrição dos Resultados da Pesquisa de Campo Segundo a Iconografia

No período em que coletamos os dados tentamos obter o máximo possível de informações sobre a Escola Artesanal e o Colégio Industrial de Presidente Prudente. As fontes utilizadas foram as mais diversas para que pudéssemos ter uma visão mais ampla.

Assim, a presente pesquisa optou pela análise das fotografias, já que as mesmas além de serem consideradas documentos, são fontes de recordação, emoção e informação gerando assim o conhecimento e resgatando a memória histórica de toda uma época.

Poderíamos analisar as fotografias por inúmeras categorias, mas preferimos aquelas sugeridas pelo autor Souza (2001), a saber: eventos escolares, docentes e discentes, administrativo e arquitetura da escola.

4.2.1. Categoria eventos escolares



FIGURA 14 : Desfile de 7 de Setembro de 1958 da Escola Artesanal de Presidente Prudente. (representação masculina)
Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira

Nesta foto visualizamos os alunos, da ainda Escola Artesanal de Presidente Prudente, em 1958, no desfile de comemoração da Independência do Brasil. Podemos ainda recordar o uniforme masculino composto por uma calça caque, camisa branca de mangas compridas, sapatos pretos e uma gravata também da cor preta. Esta imagem ainda nos demonstra como era importante esse evento para os alunos, verificamos que chovia naquele momento e o desfile transcorria normalmente, impecavelmente.



FIGURA 15 : Desfile de 7 de Setembro de 1958 da Escola Artesanal de Presidente Prudente. (representação feminina)
Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira

Esta foto também da Escola Artesanal de Presidente Prudente, em 1958, no desfile de comemoração da independência do Brasil, agora com a participação das alunas. Seu uniforme era uma saia longa azul, camisa branca de mangas curtas, sapatos pretos e uma gravata também da cor preta com a inscrição (E. A). Com a mesma garra e determinação e seriedade, as meninas também representavam muito bem a escola neste desfile.



FIGURA 16: Formatura dos alunos da Escola Artesanal de Presidente Prudente, em 18 de dezembro de 1957

Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira

Esta foto registra o término de uma missa em comemoração a formatura da segunda turma dos alunos da Escola Artesanal de Presidente Prudente. Identificamos o Diretor, alguns professores e ainda 11 meninos e 5 meninas, um número muito reduzido de alunos.



FIGURA 17: Banquete de Encerramento de Curso do Ensino Industrial, em dezembro de 1957.

Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira

Após a realização de uma missão, professores e alunos participaram de um banquete, preparado pelas próprias alunas, por ocasião do encerramento do curso.



FIGURA 18: Desfile de 14 de Setembro de 1971 do Ginásio Industrial Estadual de Presidente Prudente

Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira

Desfile realizado por ocasião do aniversário da cidade de Presidente Prudente, no momento da foto os alunos estão passando em frente ao Ginásio Industrial Estadual.



FIGURA 19: Desfile de 07 de Setembro de 1975 do Ginásio Industrial Estadual de Presidente Prudente.

Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira

Os desfiles patrióticos das escolas da época transmitiam a realidade cotidiana da escola industrial pela organização, desde a utilização do próprio uniforme escolar solene ao compasso e alinhamento.



FIGURA 20: Feira de Ciências realizada pelo Ginásio Industrial Estadual de Presidente Prudente, em 1974

Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira

Outra imagem que nos chama atenção é a exposição de material de mineralogia, paleontologia e zoologia realizada em uma feira de ciencias realizada no ginásio industrial.

4.2.2 Categoria docentes e discentes.



FIGURA 21: Aula prática do Curso de Torneiro Mecânico na Escola Industrial de Presidente Prudente, em 1959.

Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira



FIGURA 22: Aula prática do Curso de Torneiro Mecânico do Ginásio Industrial Estadual de Presidente Prudente, em 1971

Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira

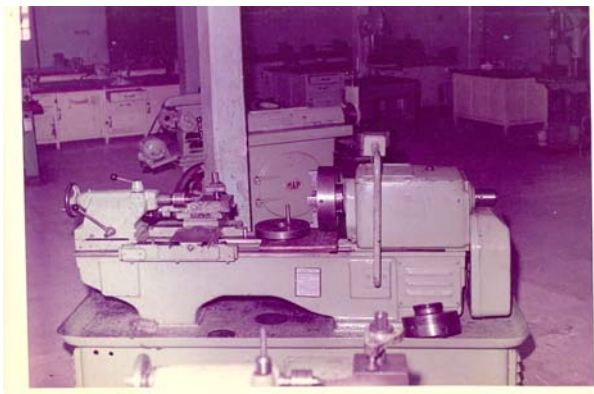


FIGURA 23: Sala de aula prática do Curso de Torneiro Mecânico do Ginásio Industrial Estadual de Presidente Prudente, em 1975.

Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira

4.2.3. Categoria Administrativo.



FIGURA 24: O Senhor Domingos Leonardo Cerávolo em visita à Escola Industrial de Presidente Prudente, em 1960

Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira

Este é o registro da visita do Senhor Domingos Leonardo Cerávolo, à Escola Industrial de Presidente Prudente em 1960. Como podemos ver ele está na secretaria da escola sentado a mesa com muitos papéis e um gravador. Essas visitas eram feitas a cada ano.



FIGURA 25: Diretor trabalhando em sua sala na Escola Industrial Presidente Prudente, em 1963

Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira

Aqui apresentamos o Diretor da escola industrial o Senhor Ari vestindo terno e escuro e gravata, como de costume. Sua mesa repleta de papéis e uma máquina de escrever na mesa ao lado. O que nos chama a atenção é que tal sala não possuía cadeiras para visitantes.



FIGURA 26: Entrega das chaves de uma ambulância para o Diretor da Escola industrial em 1965

Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira

Aqui visualizamos aqui a entrega as chaves de uma ambulância ao Departamento de Ensino Profissional dirigido pelo Senhor Ari Alves de Oliveira, no Palácio dos Bandeirantes , em Novembro de 1965.



FIGURA 27: Ambulância em uso em 1966

Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira

Na seqüência identificamos a ambulância recebida pelo Senhor Ari, já com um ano de uso.

5. Fachada e arquitetura da escola.

O modelo arquitetônico eleito como padrão para as escolas públicas buscavam impressionar a população. A respeito desta idéia afirma Souza (2001, p. 123)

[...] o edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferencia dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio, lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente. Na arquitetura escolar encontram-se inscritas, portanto, dimensões simbólicas e pedagógicas.

A seguir colocamos imagens da arquitetura do Ginásio industrial de Presidente Prudente.



FIGURA 28: Fachada do Ginásio Industrial de Presidente Prudente, em 1971

Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira

Este era o prédio do Ginásio Industrial Estadual de Presidente Prudente, em 1971. Observamos o emblema da escola pintado na parede do prédio com a inscrição (GIE), e as bandeiras: do Brasil, do estado de São Paulo e da cidade de Presidente Prudente. O espaço escolar tornou-se pequeno, pois aumentou o número de alunos e de cursos oferecidos, sendo assim houve a necessidade de uma transferência de localização e prédio. Hoje, 2008, neste local podemos encontrar o prédio da Prudenco.



FIGURA 29: Arquitetura do Ginásio Industrial de Presidente Prudente, em 1978.

Fonte: Acervo particular de Ari Alves de Oliveira

Já nesta foto podemos verificar a arquitetura e a fachada, ainda em construção, do novo espaço que seria ocupado pelo Ginásio Industrial de Presidente Prudente, em 1978. Neste momento, com essa nova fachada, moderna e muito mais ampla, a escola se impõe, chama mais a atenção da sociedade, características que vão ao encontro do modelo arquitetônico da educação industrial: atender aos conceitos de higienismo, racionalismo e suntuosidade que impressionasse a população. Neste plano podemos ter com muito mais clareza como era o pátio da escola, com a área verde e mais salas de aula. Em 2008, neste local, encontra-se a Diretoria de Ensino de Presidente Prudente.

CAPÍTULO 5 – O ENSINO PROFISIONALIZANTE E SUA INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE PRUDENTINA

A educação profissionalizante deve ser muito mais que apenas adaptação na formação escolar do aluno. Ela deve atender as necessidades dos empregadores, empregados e do mercado de trabalho e ser uma política historicamente localizada e circunstanciada em movimentos de construção e reconstrução de ordem econômico-social e político-cultural, onde identificamos diversos atores sociais com interesses comuns. Nestes termos, podemos verificar que um dos objetivos desta educação é a de qualificar o cidadão e de educa-lo em termos cognitivos

Diante do que foi exposto devemos entender que o ensino profissionalizante se posicionaria como um instrumento de desenvolvimento para o surgimento de um cidadão político e produtivo. Sobre esses fundamentos podemos salientar a estruturação do ensino profissionalizante fazendo com que o cidadão participe ativamente da construção social com capacidade intelectual e técnica. A fim de entendermos melhor a influência do ensino industrial na realidade prudentina no que se refere a existência de cooperativas e empreendedores, nas linhas abaixo colocaremos o que vem a ser estas duas formas de gestão.

5.1 O Cooperativismo

Para Pinho (1963), cooperativismo vem do latim, *cooperatio*, onde cooperação significa prestação de auxílio para um fim comum.

Segundo Bulgarelli (1966), cooperativismo é uma doutrina, ou sistema doutrinário, que tem como base à democracia econômica que seria um sistema mais justo e humano de distribuição de riqueza, constituída por uma série de princípios.

Cooperativismo, diz Rios (1987), é a associação voluntária com fins econômicos, podendo nela ingressar os que pertencem à mesma atividade, onde o motivo do serviço substitui o do lucro e onde o proprietário substitui o intermediário.

Com o pensamento de Felício (2000), o cooperativismo vem de duas acepções: como uma organização econômica que visa eliminar os desajustes sociais oriundos dos excessos do capitalismo, e por outro lado significa a doutrina corporificada no conjunto de princípios que regem o comportamento do homem integrado ao sistema.

Na mesma linha de raciocínio, a Aliança Cooperativa Internacional, criada na Inglaterra, define o cooperativismo com a associação de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades sociais, econômicas e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade da coletividade e democraticamente gerida.

Fonseca e Veiga (2001), definem o cooperativismo através da lei da Federal 5.764, como uma sociedade de pessoas com natureza jurídica própria e de natureza civil não sujeita a falência, constituída para prestar serviços aos associados.

Para Benato (1999), o movimento cooperativista surge com princípios da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade, sendo esta tríade homônima no cooperativismo: livre adesão e desligamento (liberdade); da decisão, um voto de cada homem (igualdade) e da mutualidade e não competitividade “inter pares” (fraternidade).

Além disto, o cooperativismo surgiu como uma reforma social dentro do capitalismo, visando eliminar os desajustes sociais, tendo como um dos princípios a solidariedade, ou seja, a democracia entre todos os cooperados. Este surge com a idéia de criar um sistema econômico que tivesse como base à ajuda mútua, a solidariedade humana, a cooperação, a honestidade e o esforço coletivo. Tais alicerces reforçaram a existência de um humanismo real e não pouco caso a condição humana.

No cooperativismo, o homem pode empregar a sua consciência para ver-se revelado no produto final do seu trabalho. Tal idéia é antagônica ao capitalismo, pois segundo Marx, o homem não se vê revelado no seu produto final, sendo apenas uma máquina de trabalho, que ganha salário para repor sua energia. Aqui não pensa, não se revela.

Podemos perceber que o cooperativismo traz em si um conceito restrito: que é um interesse econômico dos cooperados e também um conceito mais amplo que é o

aprendizado quanto ao respeito social, não destruindo o próximo pela sobrevivência em um capitalismo selvagem. (CAMARGO, 1960, p. 40).

Um século e meio de experiência consagrou esse sistema como o maior movimento de idéias já realizado na história da humanidade.

No século passado foi a Revolução Industrial a grande responsável pelo surgimento deste movimento. Como as indústrias têxteis prosperavam, os tecelões se achavam no direito de receberem maiores salários, o que não aconteceu, dessa forma, eles se organizaram para que pudessem continuar trabalhando e subsistindo; hoje com as transformações sócio-econômicas também há necessidade das pessoas se organizarem de uma forma solidária para superar dificuldades. Com a globalização as incertezas como desemprego, instabilidade, e descontentamento são crescentes, a cooperativa passou a ser a solução para obtenção de trabalho e recursos, sendo seus próprios patrões.

O cooperativismo existe em quase todos os países do mundo qualquer que seja a característica política-econômica, mas seus resultados é que diferem, o que não podemos negar e parece ser o mais importante é a busca dos elementos essenciais desta doutrina, seu ideal, seu espírito, sua esperança, que permanecem apesar de todas as adversidades.

Vemos o cooperativismo como um momento que acena ao homem de hoje como uma promessa de sociedade justa, próspera e feliz, com soluções para os desejos mais profundos, ele atua como importante instrumento de desenvolvimento econômico e de valorização do homem.

Segundo Alves (2003), em meados do século dezenove, mais precisamente em dezembro de 1843, por uma extrema necessidade econômica, a fome do pão, reuniram-se vinte e sete homens e uma mulher e resolveram poupar mensalmente uma libra esterlina a fim de organizar a primeira cooperativa de consumo.

Para Queiroz (1996), realmente o berço do cooperativismo foi a Europa Central, especificamente na Alemanha, França e na Inglaterra, exatamente na cidade de Rochdale, onde ocorreram grandes movimentos sociais e políticos através da luta dos trabalhadores. Naquele momento a cidade passava por uma crise de desemprego, de fome, de habitação; uma carência total. Sendo

assim, alguns trabalhadores acharam que a solução seria migrar para os Estados Unidos outros decidiram pela criação de cooperativas, como instrumento de libertação do proletariado da dependência e da exploração capitalista.

Silva (1998), aponta que no fim de 1843 após algumas reivindicações, para melhoria de sua situação econômica, não atendidas, tecelões que haviam perdido suas atividades para as primeiras empresas incentivadas pela Revolução Industrial, resolveram buscar uma solução para que pudessem continuar vivendo de seu trabalho, e assim formaram uma cooperativa. Em dezembro de 1843, acontece a primeira reunião de integrantes desse esquema cooperativo para discutir soluções para seus problemas de sobrevivência. Assim, durante todo o ano fizeram economia para conseguir capital social e finalmente em dezembro de 1844, inauguram uma cooperativa com o capital de 28 libras.

Desde o aparecimento dos pioneiros de Rochdale, os doutrinadores do cooperativismo, através de estudos, debates e muita investigação, formularam seus princípios básicos. Hoje, eles são aceitos apesar de se reconhecer à necessidade de uma reformulação face a tantas transformações sócio-econômicas.

Pensando nestas lições, Alves (2003) salienta que o cooperativismo tem como princípios:

- ✓ Adesão voluntária e livre - As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a qualquer pessoa apta a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, classe, política e religião. Podemos lembrar, aqui, de um dos princípios da revolução francesa, a liberdade, tanto para integrar como para sair da cooperativa.

- ✓ Gestão democrática pelos membros - Uma cooperativa é necessariamente uma organização democrática, onde seus membros participam ativamente da formulação das políticas e na tomada de decisões. Os eleitos como representantes dos demais membros são responsáveis perante estes e cada associado representa um voto, sem contar com o número de cotas de cada um.

- ✓ Participação econômica dos membros - Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas. O controle do capital é feito democraticamente. Os membros recebem, habitualmente, se

houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Sempre com base na decisão democrática, os excedentes destinam-se para aplicações na própria cooperativa, sempre em decisão conjunta em assembléia. Vemos portanto, tanto no item anterior, como no presente, destacada a igualdade, pregada na revolução francesa.

✓ Autonomia e independência - Controladas por seus membros, as cooperativas são organizações autônomas, caracterizadas pela ajuda mútua. Se estas firmam acordo com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia das cooperativas.

✓ Educação, formação e informação - as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

Segundo este princípio a educação deve ser permanente, traduzindo iniciativas que objetivem preparar o homem para a vida e o exercício da cidadania, capacitando-o, ainda, para atuar no mercado de trabalho.

A educação, formação e informação devem visar o desenvolvimento do indivíduo utilizando todo o seu potencial. Para que possamos entender bem a educação e sua formação, devemos analisar o ser humano sob dois aspectos: o biopsicológico e o sociológico.

O primeiro tem por objetivo fazer com que o indivíduo realize suas atividades relacionadas com a sua personalidade, satisfazendo necessidades e desejos, sejam individuais e sociais.

Ele deve tirar de dentro de si toda a sua potencialidade. O segundo tem um enfoque de manter, e até mesmo transmitir cultura a outros, como um instrumento social. O equilíbrio de ambos é fundamental para uma visão correta sobre educação.

✓ Intercooperação - É lema das cooperativas atuarem em conjunto, através de suas representações locais, regionais, nacionais e internacionais. Tudo isso para dar força ao movimento cooperativista.

Dentro dessa ótica sistemática, a intercooperação entre essas empresas é uma estratégia fundamental não somente para a troca de informações e tecnologias, mas para a realização de transações econômicas mutuamente vantajosas. Ao negociarem entre si, as cooperativas possibilitam que o capital gire dentro do próprio setor, fortalecendo-o e semeando seu crescimento.

✓ Interesse pela comunidade - As cooperativas também devem trabalhar para o desenvolvimento das suas comunidades. Para tanto, devem aprovar políticas sociais junto aos seus membros. Aqui pode-se lembrar do lema “Um por todos, todos por um”.

Devemos considerar o cooperativismo como um modelo econômico alternativo entre o capitalismo e o socialismo, e o sucesso dos empreendimentos cooperativistas depende especialmente do desempenho dos elementos constitutivos que as caracterizam como empresas e como sociedades de pessoas.

5.2. O Empreendedorismo

A palavra empreendedor, vem de *entrepreneur*, tem origem francesa e quer dizer aquele que assume riscos.

Na realidade o termo Empreendedorismo é o termo utilizado para qualificar ou especificar principalmente, aquele indivíduo que detém uma forma especial, inovadora de se dedicar às atividades de organização, administração e execução, principalmente na geração de riquezas, na transformação de conhecimentos. Este termo foi utilizado pelo economista Joseph Schumpeter em 1950, como sendo uma pessoa com criatividade e capaz de fazer sucesso com inovações. Mais tarde, em 1967, Knight introduziu o conceito como sendo uma pessoa que precisa ariscar em algum negócio.

Os primeiros indícios de relação entre o assumir riscos e o empreendedorismo ocorrem no século XVII, onde o empreendedor estabelecia um acordo com o governo para realizar algum serviço ou fornecer algum produto. O escritor e economista, Richard Cantillon, foi um dos primeiros criadores desse termo, diferenciando-o do capitalismo, que seria aquele que

fornece o capital, essa distinção deveu-se ao início da industrialização que ocorria no mundo através da Revolução Industrial.

Algumas características requeridas de um empreendedor podem ser classificadas em três áreas:

- Técnicas – envolve o saber escrever, liderar, trabalhar em equipe, ouvir as pessoas, captar informações e ser organizado.
- Gerenciais – incluindo as áreas envolvidas em criação e gerenciamento da empresa, como um todo.
- Pessoais – ser disciplinado, inovador, persistente, visionário, ter iniciativa, coragem, humildade e paixão pelo que faz.

Para Dornellas (2001), alguns dos motivos que levam ao crescimento do empreendedorismo no Brasil são: além da preocupação com a criação de empresas duradouras, a necessidade em diminuir as altas taxas de mortalidade desses empreendimentos e o alto índice de desemprego, que está sendo acompanhado com uma atenção especial não só pelo governo Brasileiro, como também por entidades de classe.

Segundo Prevost (1998), no Brasil, até o final dos anos 70, as grandes empresas e o setor público eram considerados os únicos suportes econômicos de importância e interesse para a sociedade. Entretanto, a situação mudou radicalmente na década de 80 e 90. Sob um cenário de globalização, crises mundiais e endividamento crescente do setor público ocorreram profundas reorganizações estruturais. As grandes empresas passaram a produzir mais com cada vez menos empregados e o setor público começou a sofrer enxugamentos, reduzindo significativamente seu número de funcionários

Ainda para Prevost (1993), as 500 maiores empresas brasileiras podem ser utilizadas como um exemplo que ilustra este fato. Elas empregam cerca de 2,3% dos trabalhadores brasileiros (cerca de 1,6 milhão de funcionários), mas não criaram um único emprego adicional nos últimos 10 anos (pelo contrário retiraram do mercado 400.000 postos de trabalho).

Segundo Amadeo (1998), a necessidade de tornarem-se cada vez mais competitivas e as dificuldades de ordem econômica tem levado as grandes empresas a se reestruturarem. Esta reestruturação das grandes empresas do setor industrial tem originado um processo de terceirização dos serviços, aumentando a participação de pequenas empresas e trabalhadores autônomos no mercado de trabalho. Desta forma, as novas formas de produção e de relações de trabalho tendem a aumentar o número de trabalhadores autônomos, através do processo de terceirização. Várias atividades antes executadas dentro das empresas passaram a ser encomendadas fora delas, reduzindo o número de trabalhadores diretamente empregados como assalariados.

Assim, há um aumento relativo do emprego no setor de serviços, em detrimento do emprego na indústria. De fato, “a maior geração de empregos deslocou-se da atividade industrial, nos anos 70, para o Setor de Serviço, nos anos 80 e 90. (MTB 1998).

Além disso, há, no Brasil, uma pressão de origem demográfica por mais empregos até o ano 2010. Esta pressão tem origem nos jovens, nascidos na época em que o país convivia com elevadas taxas de natalidade, e no aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho (MTB 1998).

Resumindo, em um contexto de grandes transformações, a economia brasileira tem gerado ocupações, em sua maioria terciárias, formais ou informais, para a grande maioria das pessoas que entram no mercado de trabalho. Assim, a necessidade de um número crescente de postos de trabalho (resultante da pressão demográfica por mais empregos) e as tendências do aumento do número de autônomos (formais ou informais) e de empresas no setor de serviços, na economia brasileira, apontam para a importância da participação de um número crescente de empreendedores ativos.

Sendo assim, o jovem tem que buscar uma opção de trabalho em um mercado cada vez mais exigente, no qual a oferta de mão-de-obra é grande, o número de empregos está em decréscimo e, na maioria das vezes, a opção é o auto-emprego ou o trabalho em pequenas empresas do setor terciário. Para que ele tenha sucesso nesta busca é fundamental que ele exerça todo o seu potencial empreendedor.

Para os empreendedores adequadamente preparados, quer sejam empregados ou proprietários de suas próprias empresas, existem grandes oportunidades em nosso país.

5.3 O papel do ensino industrial na realidade empreendedora e cooperativa na cidade de Presidente Prudente.

O ensino industrial deixou suas marcas na cidade de Presidente Prudente. Tal fato pode ser confirmado através dos depoimentos de pessoas que participaram do ensino recebido da Escola Industrial, nas décadas de 50 a 70. Tal ensino possibilitou a formação de lideranças empresariais e a possibilidade da mobilidade social.

Podemos comprovar tal afirmação quando nas entrevistas realizadas com ex-professores do Colégio Industrial da época citaram vários nomes de alunos que hoje figuram como cidadãos importantes em nossa sociedade, como: Renato Silva, técnico de som, proprietário da Staner Eletrônica Ltda que produz equipamentos de som profissional. Surgiu para atender inicialmente a procura regional, com a demanda, atende também o mercado Brasileiro, é uma das maiores indústrias de equipamentos de som do Brasil; Walter Lemes Filho proprietário da empresa de transporte rodoviário Andorinha S/A, que neste ano, de 2008, completou 60 anos; Wilson Ponçini um dos fundadores da Cooperativa de Laticínios do Vale do Paranapanema hoje Coovap; José Carlos Lima da empresa de refrigeração Refrisson; Angelo Sylvio da oficina mecânica São Paulo; José Carlos da Retífica e Indústria Aurora; Laudério Botigelli da empresa de material de construção, madeireira, produtos alimentícios Liane, dentre outros.

Como não reconhecer que esta escola fez parte de nossa história, auxiliando na formação dos recursos humanos? Empresas como estas, citadas acima, só puderam ser construídas por pessoas com conhecimento cognitivos, alicerçados em uma grade curricular coerente e adequada a época, e também por pessoas capazes de identificar, no próximo, a possibilidade de crescimento mútuo. Para que se mantenha uma empresa, nos dias atuais, é necessário uma visão técnica mas principalmente, uma visão humana da vida, pois o sucesso, seja profissional ou pessoal depende de pessoas.

Tenho certeza que os líderes dessas organizações vencedoras, tem essas características e a perpetuam de geração a geração, pois são importantes e fundamentais tanto em uma empresa mercantil ou em uma empresa cooperativa. Essas empresas, situadas em nossa cidade, garantem a nossa região um desenvolvimento sócio-econômico e cultural, seja gerando empregos ou levando o nome de nossa cidade para o mercado Brasileiro.

6 CONCLUSÃO

Para uma maior compreensão da dissertação, iremos refazer todo caminho percorrido antes de apresentarmos as conclusões.

No primeiro momento, com a fundamentação teórica, demos destaque a cidade de Presidente Prudente, iniciando por sua colonização, seu crescimento e desenvolvimento sócio-econômico, populacional e educativo.

Em um segundo momento teórico, a pesquisa voltou-se às políticas públicas para a educação profissional a partir de conceitos e definições básicas. Julgamos relevante mencionar a diferença entre políticas públicas e as políticas governamentais bem como salientar sua importância para o ensino profissionalizante de um modo geral e especificamente na época de 1950 à 1970, na cidade de Presidente Prudente.

Posteriormente, resolvemos mencionar os aspectos legais dessa educação profissional abordando a legislação sobre o Ensino Industrial e salientando a relação entre indústria, Estado e Educação.

Passando da teoria à prática, no quarto capítulo realizamos a pesquisa de campo no Ginásio Industrial, através da historiografia, utilizando fontes bibliográficas, documentais, entrevistas com docente e discentes no colégio na época estudada (1950 à 1970). A interpretação dos dados foi também alicerçada na iconografia, por acreditar serem fundamentais para o resgate da memória deste momento histórico na cidade.

No último capítulo pudemos identificar e enumerar a partir de um vasto e abrangente currículo desta escola, uma relação entre os ex-alunos, lideranças empresariais, o empreendedorismo e o cooperativismo.

Sendo assim, posso concluir que como em trabalhos acadêmicos baseados em pesquisa qualitativa, tal pesquisa apresentou uma visão dos participantes, significando uma aproximação com a realidade da época, outro aspecto que deve ser ressaltado é que o pesquisador, ao descrever a história da Escola Industrial, por mais que tentasse adotar uma postura de neutralidade estabeleceu julgamento de valor na medida em que selecionava alguns fatos, pois a história teria que ser contada seguindo um encadeamento e deveria ter a preocupação de não se alongar em detalhes para que ajudasse no

atingimento dos objetivos da pesquisa. Como resultado, obteve-se uma riqueza de dados para se estudar a relação o Ginásio Industrial e a sociedade Prudentina.

A perspectiva adotada pela pesquisa foi a de considerar um longo período de tempo, de 1950 à 1970, implicando em uma apresentação com ampla descrição, repleta de explicações, e não apenas recortes que indicam muito mais as preferências do pesquisador em torno de como ele quer ver os dados.

Estivemos ao longo do trabalho conscientes, que assim como a reconstrução histórica através de fontes documentais, escrita e a oralidade a narrativa constituída por imagens fotográficas também é necessária e importante, cabendo ao pesquisador fazer sua própria reflexão.

Ficaram também registradas as relações interpessoais no ambiente da escola estudada, através da postura, vestuário usado, comportamento, ambiente, não só dos alunos mas também dos professores, diretores e funcionários em geral. Observamos isso não só nas entrevistas mas também na iconografia. Pouco ou quase nada foi escrito sobre Colégio Industrial de Presidente Prudente entre 1950 e 1970, até o presente momento, com uma literatura escassa, o que há são documentos da época de um acervo particular.

O Ensino Industrial era visto como uma forma de educação assistencialista, destinado a retirar os de menor poder aquisitivo da ociosidade, a qualificação que se pensava estar essencialmente voltada ao trabalho manual em oposição ao trabalho intelectual, portanto formar para o trabalho era adestrar, treinar para técnica manuais e mecânicas. Pudemos observar que o ensino profissionalizante passou a ser de interesse dos governantes com o início da industrialização, exigência de um momento histórico, quando foram criadas as escolas e institutos profissionalizantes, várias mudanças fizeram-se necessárias no aperfeiçoamento e ampliação da grade curricular e houve a necessidade de uma orientação voltada ao trabalho e a conscientização do papel de cidadão.

O Ginásio Industrial de Presidente Prudente não pode ser esquecido por ter sido o depositário do embrião de uma sociedade mais consciente, justa, comprometida com o empreendedorismo e o cooperativismo, pois dela saíram alguns líderes empresariais no mercado em que atuam.

Difícil é escrever as últimas linhas deste trabalho que está longe de ser conclusivo, tampouco foi sua pretensão, mas que chega até aqui com a clareza que muita coisa ficou para ser investigada, e o desejo que esta dissertação permita a futuros pesquisadores partir daqui para um novo trabalho.

Por fim, espera-se que este estudo tenha contribuído para o resgate da memória do Ginásio Industrial Estadual tão importante não só para a época de sua existência, mais que até hoje permanece na lembrança das pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, D. S. A. **Formação Histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente.** (São Paulo). Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

AMADEO, E. **Mercado de trabalho brasileiro:** rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho. Câmara dos Deputados, 14 de maio de 1998.

ANDRADE, F. A. A formação do “Cidadão trabalhador”: Educação e cidadania no contexto do “novo industrialismo” In: NEVES, L. M. W. (Org.) **Educação e política no limiar do século XXI.** Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

ALVES, M. A. P. **Cooperativismo:** arte e ciência. São Paulo: LEUD, 2003.

BARBIER, J. M. **Elaboração de projectos de ação e planificação.** Porto: Porto Editora, 1996.

BARROS, W. **Senai-** Seu Departamento da 4ª região. Rio de Janeiro, Senai/RJ, 1972.

BARROSO, J. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão em Portugal. In: FERREIRA, Naura S.C (Org.). **Gestão Democrática da Educação:** atuais tendências, novos desafios. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BENATO, J. V. A. **O ABC do cooperativismo.** São Paulo: OCESP, 1999.

BIANCHETTI, R. **Modelo neoliberal e políticas educacionais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação.** Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. II. **Série Informática e formação de professores.** Brasília: MEC, Seed, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação – **subsídios para o processo de discussão da proposta de anteprojeto de lei da educação profissional e tecnológica**- Brasília- Novembro de 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho. "**Relatório da Força-Tarefa sobre Políticas de Emprego: Diagnóstico e Recomendações**" - Brasília – Agosto de 1998.

_____. **Assessoria Especial do Ministro - "Emprego no Brasil : diagnóstico e políticas"**. – Brasília - 1998.

BRASIL. **Lei Orgânica de Ensino Industrial**. Disponível em: <www.soleis.adv.br>. Acesso em: 13 mar. 2008.

_____. **Constituição Federal de 1937**. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm - 151k>. Acesso em: 27 mar 2008.

_____. Programa estratégico de desenvolvimento, 1968-1970. Rio de Janeiro: MPCG, 1969, v. 1 p. 35.

BULGARELLI, W. **Kibutz e as cooperativas integrais**. São Paulo: Pioneira, 1966.

CALLEGARO, Carlos Augusto. Reforma na educação nacional: uma leitura em busca de espaços para a educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 313-319, set. 1999.

CAMARGO, L. C. **Cooperação e cooperativismo**. São Paulo : USP, 1960.

CANDEIAS, O. R. **Ensino industrial**. Vídeo (curta-metragem). São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1962.

CORRÊA, A. M. F. **Formação e destinação profissional**: trajetórias de alunos do curso de mestría da escola industrial de São Carlos . In: REUNIÃO DA ANPED, 24., Anais... Caxambu: ANPED, 2001.

CUNHA, L. A. . **O SENAI e a sistematização da aprendizagem industrial**.. Rio de Janeiro: Síntese, maio/ago.1981.

_____. A política educacional e a formação da força de trabalho industrial na era de Vargas. In: **A Revolução de 30, Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

DEMO, P. **Política social e política educacional – pesquisa e intervenção da realidade**. *Fórum*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 47-60, out./dez. 1979.

D`INCAO, M. A. et al. **Presidente Prudente: Capital Regional**.. Presidente Prudente: Ed Letras A Margem, 2007.

DORNELLAS, J. C. **Empreendedorismo, transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

_____. **Empreendedorismo na prática, mitos e verdades do empreendedor de sucesso**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2007.

FELÍCIO, A. A. **Fundamentos do cooperativismo**. São Paulo: [s.n.], 2000.

FERRARI LEITE, J. F. **A alta sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: Ed: Unesp, 1998.

FRANCO, M. C. Qualificação, formação ou educação profissional? Pensando além da semântica. **Contexto e Educação**. *Revista de Educação da América Latina*, v.13, n. 51, p. 67-86, set. 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961, 2 v.

GAMBOA, S.; SANTOS FILHO, J. C. **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 2002.

GARCIA, N. M. D.; LIMA FILHO, D. L. Politécnica ou educação tecnológica: desafios ao ensino médio e à educação profissional. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED. 27. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2004.

GITAHY, L.; RABELO, F. Educação e desenvolvimento tecnológico: o caso da indústria de autopeças. **Educação e Sociedade**, n. 45, p. 225- 251. ago. 1993.

GOULART, F.de P. **Bandeirantes do Século XX**: fundação de Presidente Prudente. Caxias do Sul: Paulinas, 1967.

GROTH, E. (Coord). **Projeto de um distrito Industrial**: Presidente Prudente: Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, 1969.

GUARESCHI, C. et al. **Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender as Políticas Públicas**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2004.

GUILHON, P. T. A. **Políticas públicas e o planfor**: proposta para aprimoramento conceitual, metodológico e operacional da política nacional de educação profissional. 2002 Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia - a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.

KISIL, M. **Gestão da Mudança Organizacional**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, v. 4, 1998.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. e SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e Educação** Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

LOPES, S. **SENAI – 50 anos**. Campina Grande: UFPR/Marcone, 1992.

MAAR, W. L. **O que é política** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MATURANA, H. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
MEDEIROS, M. **Expansão capitalista e ensino industrial**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1987.

MIRANDA, A. R. **Subsídios para a história da educação de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: Cliper, 1999.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, D. M. **Metodologia do trabalho científico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NEVES, L. M. W. (Org) **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

NOVELLI, G. **Ensino profissionalizante na cidade de São Paulo: um estudo sobre o currículo da Escola profissional feminina nas décadas de 1910, 1920 e 1930**. In: REUNIÃO DA ANPED, Anais... Caxambu: ANPED, 2003.

OLIVEIRA, A. C. S. B. **A evolução do processo produtivo e as novas competências do trabalhador: um estudo das instituições formadoras e as empresas do setor industrial**. 2001 Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 2001.

OLIVEIRA, M. A. **Políticas Públicas para o Ensino Profissional**. Campinas SP: Papyrus, 2003.

PERIUS, V.. As cooperativas de trabalho: alternativas de trabalho e renda. In: **Revista Ltr**. v. 61, n. 05, maio,1997.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

PINHO, D. B. (Org.). **Cooperativas e desenvolvimento econômico**. 1963. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1963.

POLONIO, W. A. **Manual das sociedades cooperativas**. São Paulo: Atlas, 2002.

PORTELLI, A. A Filosofia e os fatos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v..1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PRÉVOST, P. O desenvolvimento econômico local. In: WORKSHOP INTERNACIONAL SOBRE EMPREENDEDORISMO, 1998, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: SOFTSTART. 1998.130p.

QUEIROZ, C. A. S. de **Manual da cooperativa de serviços e trabalho**. São Paulo: STS, 1996.

RESENDE, B. **Raízes Prudentinas**. São Paulo: Senac, 1992.

RIOS, G.S.L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIVERO, G. S. **A formação de professores na sociedade do conhecimento**. Bauru: Educ, 2004.

RODEE, C.C. **Introdução á ciência política**. Rio de Janeiro. Agir. 1977

SANDER, B. **Gestão da educação na América Latina**: construção e reconstrução do conhecimento. Campinas: Autores associados, 1995.

SANFELICE, J. L. (Org.) **Capitalismo, trabalho e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SANTOS, C. R. dos. **O gestor educacional de uma escola em mudanças**. São Paulo: Pioneira, 2002.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil** 5ª ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002.

_____. O nó do ensino de segundo grau. **Revista Bimestre**, Brasília, out., 1986.

SILVA, T. T. (org.). **Trabalho, Educação e Prática Social**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1991.

SILVA, L. C. M. da. **Tendências do movimento cooperativistas**. São Paulo: Editora São Paulo, 1988.

SOARES, M. T. M. **O impacto da industrialização no sistema educacional de municípios agrário;. A trajetória de Paulínea- SP**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 2004.

SOUZA, R. F. Fotografias escolares: uma leitura de imagens na história da escola primária. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 18, p.75-101, 2001.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização – a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910)**. São Paulo: Unesp, 1998.

STEINER, R. **A arte da educação: discussões pedagógicas**. São Paulo: Antroposofica, 1999.

SUNKEL, O.: JONES, S. G. **O fim de uma ilusão: as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DPA - FASE, 2001.

VILLASANTE, T. R. Estado, sociedade e programações alternativas. **Revista Brasileira de Educação**. n. 10, p.97-106, jan./fev./mar./abr., 1999.

WARDE, M. J. **Considerações sobre a autonomia da escola**. Revista Idéias: O diretor-articulador do projeto de escola. São Paulo: FDE, 1992.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Roteiro de entrevista para ex-alunos

- Nome completo
- Nome do estabelecimento que possui atualmente
- Ano que ingressou no colégio industrial
- Ano que saiu do colégio.
- Que nome tinha o Colégio?
- Quais disciplinas cursou ?
- Turno freqüentado
- Aulas práticas (metodologia)
- Aulas teóricas (metodologia)
- Por que escolheu estudar nesta escola?
- Principais características dos professores e alunos
- Como era estudar neste colégio?
- Você acredita que estudar neste colégio o incentivou a ter o próprio negócio. Por que?
- Por que você acha que o colégio industrial fechou?
- Deseja acrescentar mais alguma coisa?

APÊNDICE 2

Roteiro de entrevista para ex-professores

- Nome
- Escolaridade
- Atuação no ensino profissionalizante na cidade de Presidente Prudente nas décadas de 50 à 70
- Turno de atuação
- Em que curso trabalhou
- Disciplinas ministradas
- Principais características dos discentes
- Principais características dos docentes
- Como era a organização curricular (planejamento, relação entre o planejamento formal e a prática na sala de aula)
- Como eram as aulas? (teóricas/práticas, metodologia utilizada)
- Na sua opinião, o ensino profissionalizante da época oferecia condições para formar profissionais segundo as exigências do mercado de trabalho?
- O ensino profissionalizante influenciou os empreendedores, o surgimento das cooperativas na cidade de Presidente Prudente?
- Deseja acrescentar mais alguma coisa?

APÊNDICE 3

Roteiro de entrevista para ex-diretor

- Nome
- Lembranças sobre a educação profissionalizante nas décadas de 50 a 70 na cidade de Presidente Prudente: local de funcionamento, cursos oferecidos, disciplinas, obstáculos e conquistas.
- Algumas palavras sobre: a escola, os alunos e os professores.
- Deseja acrescentar mais alguma coisa?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)